

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Departamento de Ciências Políticas

GUILHERME QUARESMA GONÇALVES

**O Parlamento Jovem como política pública:
o impacto do projeto na confiança em instituições
políticas e conhecimento político**

Belo Horizonte
2013

GUILHERME QUARESMA GONÇALVES

**O Parlamento Jovem como política pública:
o impacto do projeto na confiança em instituições
políticas e conhecimento político**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentada ao
Departamento de Ciência Política da
Universidade Federal de Minas Gerais como
requisito parcial para a obtenção do título de
Bacharel em Gestão Pública.

Banca Examinadora:

Mário Fuks (Orientador)

Ernesto Friedrich de Lima Amaral

**Belo Horizonte
2013**

Agradecimentos

Este trabalho, antes de tudo, é dedicado àquele que sempre me deu forças para continuar e não desistir: Deus. Em segundo lugar, mas não menos importante, dedico especialmente à minha namorada Samantha Haussmann, pessoa que sempre esteve ao meu lado, seja através de incentivos, ideias ou mesmo correção de capítulo por capítulo deste trabalho. Nestes pequenos gestos que ela demonstra o seu amor incondicional e que certamente é recíproco. Ela abdicou do nosso tempo livre juntos para que a monografia fosse finalizada. Dedico também à minha família – minha mãe Rosângela Quaresma, meu pai Geraldo Magela e meu irmão Eduardo Quaresma – que aguentou o mau humor durante todo o processo. Dedico ao meu tio Geraldinho (Ladinho) que infelizmente não está mais entre nós, mas que certamente torce pelo meu sucesso onde está.

Agradeço aos colegas companheiros de horas dedicadas à Iniciação Científica e ao banco de dados aqui utilizados, Diego Cortezi e Rafael Oliveira. Também ao grande amigo Gabriel Casalecchi que fiz ao longo desta jornada e que contribuiu igualmente para as análises e de forma direta na produção com conselhos, leituras, incentivos e horas perdidas de sono me orientando indiretamente.

Por fim, agradeço especialmente ao meu orientador Professor/Doutor Mario Fuks, que além da Monografia me orientou na Iniciação Científica, momento em que descobri um grande prazer pela academia. Mesmo com todas as dificuldades enfrentadas neste ano, foi capaz de dedicar o pouco tempo que tinha para meu crescimento intelectual. Igualmente agradeço ao Professor/Doutor Ernesto F. Lima Amaral, pela disponibilidade em participar de minha banca e por todos os conselhos metodológicos. Se a análise de dados aqui proposta foi possível, ele é certamente um dos responsáveis pela minha qualificação para tal.

Resumo

O Projeto Parlamento Jovem (PJ) é um projeto de educação cívica realizado em Minas Gerais, elaborado e implementado através de parceria entre a Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) e a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG). Ele foi criado com o intuito de fornecer aos alunos participantes uma oportunidade de participação direta no Parlamento mineiro. O PJ busca estimular a formação política dos jovens, conduzi-los a um exercício de participação democrática nas questões relevantes para comunidade, propiciar um espaço para vivência em situações de ensino e pesquisa e, ao mesmo tempo, incentivar o envolvimento das câmaras municipais em atividades de Educação para a Cidadania.

O presente Trabalho de Conclusão de Curso propõe-se a fazer uma avaliação do impacto do projeto, utilizando um banco de dados coletados em 2008 coordenado pelo Professor/Doutor Mario Fuks do Departamento de Ciência Política (DCP) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Busca-se identificar até que ponto o PJ se mostra efetivo. Para tal serão utilizadas variáveis que meçam a confiança dos alunos participantes nas instituições – Câmara Municipal de Belo Horizonte (CMBH), ALMG e Congresso Nacional – e o conhecimento político dos alunos. Isto será feito antes e após a participação dos jovens no PJ. Constatando sua importância, propõem-se mecanismos de expandi-lo além do que já foi feito pelos atores responsáveis. Ressalta-se que os dados de 2008 são de um período em que o PJ ainda ocorria apenas em Belo Horizonte, capital do estado. Atualmente, ele foi implementado em outras cidades.

Para as variáveis de confiança utilizaram-se regressões logísticas ordinais, pois elas apresentam quatro categorias: nunca confia, confia às vezes, confia na maior parte do tempo e sempre confia na instituição. Para as variáveis que medem o conhecimento político foi empregada a regressão linear múltipla, pois estas eram contínuas. Em todos os casos, comparou-se os alunos participantes do PJ (grupo de tratamento) com alunos selecionados que não participaram do PJ (grupo de controle). Através destas metodologias constatou-se que após a realização do projeto, os alunos do grupo de tratamento passaram a confiar mais nas instituições, em relação aos alunos do grupo de controle, e mostraram ter maior conhecimento político, mesmo que os efeitos não tenham sido tão positivos quanto para a confiança. Além dos modelos criados de regressão linear múltipla e de regressão logística ordinal, estes resultados foram

confirmados na análise descritiva prévia, como nos gráficos de valores preditos realizados.

Palavras-chave: Parlamento Jovem, educação cívica, políticas públicas, avaliação de políticas públicas, mudanças atitudinais, ganhos cognitivos.

Lista de Gráficos

Gráfico 1 - Probabilidade predita na Confiança na ALMG para os “participantes” e os “não participantes” do Parlamento Jovem de 2008 por possibilidade de resposta, mantendo as demais variáveis independentes constantes.....	35
Gráfico 2 - Probabilidade predita na Confiança no CN para os “participantes” e os “não participantes” do Parlamento Jovem de 2008 por possibilidade de resposta, mantendo as demais variáveis independentes constantes.....	36
Gráfico 3 - Probabilidade predita na Confiança na CMBH para os “participantes” e os “não participantes” do Parlamento Jovem de 2008 por possibilidade de resposta, mantendo as demais variáveis independentes constantes.....	37
Gráfico 4 - Valor predito do acerto da Citação das Siglas para os “participantes” e os “não participantes” do Parlamento Jovem de 2008.....	40
Gráfico 5 - Valor predito do acerto da Citação dos Deputados Estaduais para os “participantes” e os “não participantes” do Parlamento Jovem de 2008.....	41
Gráfico 6 - Valor predito do acerto dos itens que Fazem ou não parte do Poder Legislativo para os “participantes” e “não participantes” do Parlamento Jovem de 2008.....	42
Gráfico 7 - Histograma do somatório do acerto de “Nome de Deputados” – Parlamento Jovem 2008.....	54
Gráfico 8 - Histograma do somatório do acerto dos ”Órgãos legislativos” – Parlamento Jovem 2008.....	54
Gráfico 9 - Histograma do somatório dos acertos nas “Citações dos Partidos” – Parlamento Jovem 2008.....	55
Gráfico 10 - Histograma somatório dos acertos das “Siglas” – Parlamento Jovem 2008.....	55

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Frequência e distribuição percentual do número de participantes e não participantes do Parlamento Jovem de 2008 por possibilidade de resposta das variáveis dependentes categóricas.	30
Tabela 2 - Tabela descritiva para as variáveis contínuas para os participantes e não participantes do Parlamento Jovem de 2008, apresentando média, desvio padrão (SD), mínimo e máximo.	32
Tabela 3 - Regressão Logística Ordinal para as variáveis dependentes “Confiança na ALMG”, “Confiança no Congresso” e “Confiança na CMBH” – Parlamento Jovem 2008.	33
Tabela 4 - Regressão Linear Múltipla para as variáveis dependentes “siglas”, “citação dos partidos”, “nome dos deputados” e “órgãos legislativos” – Parlamento Jovem 2008.	38
Tabela 5 - Coeficientes padronizados da Regressão Linear Múltipla para as variáveis dependentes “Citação das Siglas”, “Citações dos Partidos”, “Citação dos Deputados” e “Faz parte ou não do Poder Legislativo”.	43
Tabela 6 - Escolas participantes do Parlamento Jovem de 2004 a 2009.	52
Tabela 7 - Teste de VIF para as variáveis dependentes contínuas.	53

Lista de Quadros

Quadro 1 - Modelo da pesquisa desenvolvida.....	23
Quadro 2 - Variáveis dependentes categóricas de confiança nas instituições políticas.	28
Quadro 3 - Elementos para Expansão do Parlamento Jovem Minas.....	56

Sumário

1)	Introdução	9
2)	Para pensar as políticas públicas	10
2.1)	Conceito e características das políticas públicas	10
2.2)	Teorias sobre a representação do interesse nas políticas públicas	12
2.3)	A avaliação como um processo na implementação das políticas públicas.....	13
3)	Educação Cívica pelo mundo.....	15
3.1)	Pensando a Educação Cívica no Brasil: o Parlamento Jovem em Minas Gerais	18
3.2)	A importância do Parlamento Jovem: por que estudá-lo?.....	21
4)	Metodologia	22
4.1)	Desenho da pesquisa.....	22
4.2)	Estratégias de pesquisa	24
5)	Avaliando o PJ (Resultados)	28
5.1)	Análise Descritiva	28
5.2)	Variáveis atitudinais	32
5.3)	Variáveis Cognitivas	38
6)	Considerações Finais.....	44
7)	Referências Bibliográficas	47
8)	Anexos	51
8.1)	Anexo A – Questões do questionário utilizadas para construir as variáveis dependentes.	51
8.2)	Anexo B – Escolas Participantes do Parlamento Jovem – 2004 a 2009	52
8.3)	Anexo C – Teste de VIF para as variáveis dependentes contínuas	53
8.4)	Anexo D – Histograma das variáveis dependentes	54
8.5)	Anexo E – Proposta de expansão em quadro sintético.....	56

1) Introdução

O interesse pela temática das políticas públicas está diretamente relacionado às mudanças recentes da sociedade brasileira. As constantes transformações e tentativas de implementação de programas governamentais, principalmente fruto de competições eleitorais locais, “despertaram não apenas uma enorme curiosidade sobre o ‘micro’ mecanismo de funcionamento do Estado brasileiro, como também revelaram o grande desconhecimento sobre sua operação e impacto efetivo” (ARRETICHE, 2003).

Arretche (2003) enfatiza que o conteúdo da produção no âmbito das políticas públicas tem sido, em boa medida, a avaliação dos resultados alcançados por elas em voga ou a atualização da informação existente sobre programas já consolidados. Mais que uma avaliação do Projeto Parlamento Jovem (PJ), este Trabalho de Conclusão de Curso propõe mudanças no projeto que buscam maior efetividade, além de alteração em seu arranjo institucional, que em 2008 se limitava na interação entre a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG) e a Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG).

O Parlamento Jovem (PJ) é um projeto da ALMG em parceria com a PUC-MG que começou em 2004. Até o ano de 2009, participavam apenas alunos de escolas de Belo Horizonte, mobilizando 42 escolas de Belo Horizonte e aproximadamente 800 estudantes do ensino universitário e do ensino médio. A partir de 2010, o projeto foi estadualizado e ganhou a parceria das câmaras municipais mineiras. Nos municípios, as câmaras mobilizam escolas do ensino médio e superior, órgãos públicos, empresas e organizações da sociedade civil, para viabilizar o projeto, formando assim uma extensa rede de educação legislativa em todo o Estado¹.

A monografia é dividida em cinco seções. A primeira é esta introdução que explica o quadro geral proposto. Na segunda, faz-se uma revisão sobre as políticas públicas e sua literatura pertinente, forçando o Brasil. Na terceira, apresenta-se o objeto em análise – Parlamento Jovem – e considerações pertinentes ao modelo de educação cívica empregado não só pelo PJ, mas no mundo. O objetivo é mostrar resultados preliminares apontados pela literatura, em especial produções no Brasil. Na quarta

¹ Texto retirado da descrição do projeto na homepage da Assembleia Legislativa de Minas Gerais destinado ao Parlamento Jovem. Acessado em 06/12/2012.

seção, será feita uma análise quantitativa do impacto do PJ sobre a confiança nas instituições – Congresso Nacional, Assembleia Legislativa de Minas Gerais e Câmara Municipal de Belo Horizonte – e o conhecimento político. Os alunos participantes apresentam maiores níveis de confiança após o Parlamento Jovem? Estes alunos adquirem conhecimento político? Na quinta seção, como ponto de fechamento, serão propostas mudanças pontuais no programa decorrente dos resultados encontrados e por observações do processo.

2) Para pensar as políticas públicas

2.1) Conceito e características das políticas públicas

A vida em sociedade é complexa (RUA, 1998). Os indivíduos que nela estão inseridos têm como principal característica a diferenciação social, com ideias, valores, interesses e anseios distintos. Eles exercem diversos papéis no decorrer da sua existência, transformando a vida social em algo conflituoso, em que a opinião deve ser mantida dentro de limites razoáveis e administráveis. Para que haja essa restrição necessitam-se mecanismos impostos por parte do Estado, como a coerção e a política. O uso único da coerção possui problemas. Quanto mais se usa a coerção, menor se torna seu impacto e mais caro o seu custo, restando como solução viável o uso da política. Certamente isso pode gerar problemas de legitimidade para os governantes. Rua (1998) apresenta aqui um conceito de política, segundo Schmitter, como a resolução pacífica de conflitos. Ampliado o conceito, pode-se estabelecer que a política consiste em um conjunto de procedimentos formais e informais que expressam relações de poder e que se destinam à resolução pacífica dos conflitos quanto a bens públicos. As políticas públicas derivam deste conceito, como produto da política em si. Para entendê-la, busca-se auxílio em trabalho de Saraiva (2007). A política pública é um fluxo de decisões públicas, orientado a manter o equilíbrio social ou a introduzir desequilíbrios para determinados grupos - consolidação da democracia, justiça social, manutenção do poder - destinados a modificar essa realidade. Ou seja, a política pública visa corrigir injustiças sociais sofridas por grupos ou beneficiar a sociedade como um todo quando possui caráter universal. “É possível considerá-las como estratégias que apontam para diversos fins, todos eles, de alguma forma, desejados pelos diversos grupos que participam do processo decisório” (SARAIVA, 2007).

Ainda em relação aos significados do termo “política pública”, Enrique Saraiva (2007) aponta que a política pública pode denotar:

[...] um campo de atividade governamental (política de saúde, educacional, comercial), um propósito geral a ser realizado (política de emprego estável para os jovens), uma situação social desejada (política de restauração de centros históricos, contra o tabagismo, de segurança), uma proposta de ação específica (política de reflorestamento dos parques nacionais, de alfabetização de adultos), uma norma ou normas que existem para determinada problemática (política ecológica, energética, urbana), um conjunto de objetivos e programas de ação que o governo tem em um campo de questões (política de produtividade agrícola, de exportação, de luta contra a pobreza). Ou a política como produto e resultado de específica atividade governamental, o comportamento governamental de fato (a política habitacional conseguiu construir n número de casas, a política de emprego criou n postos de trabalho), o impacto real da atividade governamental (diminuição do crime urbano, aumento da conclusão do ciclo básico de estudos, diminuição dos preços ao consumidor, redução da inflação), o modelo teórico ou a tecnologia aplicável em que se sustenta uma política governamental (política da energia, política de renda regressiva, política de ajuste e estabilização) (SARAIVA *apud* VILLANUEVA, 2007).

Algumas características da política pública devem ser ressaltadas para melhor compreender o processo de representação dos interesses que serão discutidos mais adiante. Ela possui um componente institucional (a política é elaborada ou decidida por autoridade formal), decisório (conjunto sequencial de decisões de longo ou curto alcance como resposta a problemas e necessidades), – comportamental (um curso de ação e não apenas uma decisão singular) e causal (produtos com efeitos no sistema político e social) (SARAIVA, 2007). O recurso para a implementação de políticas é constantemente escasso. Os gestores precisam trabalhar com verbas limitadas, o que impede a universalização dos benefícios. Por isso, o recurso pode ser alocado para um determinado público alvo, buscando atender aquela parcela da sociedade. Quando isto ocorre, diz-se que a política é focalizada (NEVES, FERNANDES, XAVIER & TOMÁS, 2007). A sua importância reside na capacidade de agir de forma imediata na desigualdade que sofre um determinado grupo.

2.2) Teorias sobre a representação do interesse nas políticas públicas

Lobato (2007) aponta e discute três teorias sobre a representação do interesse atreladas às políticas públicas: pluralista, *rent seeking* e neocorporativista. A teoria **pluralista** consiste na noção de que a formulação de políticas é dada de acordo com disputas e forças, empreendida por diferentes grupos de interesses. Atuando junto ao Estado, visam maximizar benefícios e reduzir custos. De acordo com Lobato (2007), a política pública seria, dentro desta teoria, “a busca permanente de um compromisso amoral entre forças contrapostas, ou bem a imposição de tal compromisso acima dos grupos contrapostos por algum corpo soberano” (LOBATO, 2007). Para os pluralistas não existe um interesse geral que seria representado por um Estado imparcial. Creditam a um “interesse público o papel de aliviador de conflitos, exercido pelo governo” (LOBATO, 2007).

A segunda teoria é o *rent seeking* ou jogo institucional. Segundo esta, a atuação do governo em relação à sociedade não pode ser entendida como um corpo uniforme e racional. Ela é expressa pelo produto final, as políticas públicas, buscando maximizar o bem estar da população e corrigir injustiças sociais. Os teóricos criticam o modelo “racional” ou “organizacional” por objetivarem ganhos especiais por parte dos jogadores. Eles são agentes de decisão e por isso devem visar o que é melhor para a sociedade. Para tanto, os diversos agentes - burocratas, políticos e grupos de interesse - procuram garantir para si ganhos que lhes permitam aumentar seu poder de decisão dentro do setor público. “Existem características intrínsecas ao próprio Estado, que interferem no direcionamento e atuação dos próprios grupos. Essas características respondem a uma determinada organização socioeconômica, cujas necessidades deverão ser permanentemente levadas em conta, fazendo com que, em diferentes períodos, determinadas políticas sejam privilegiadas, sendo os que se defendem mais ‘aceitos’ pelo Estado, e mais ‘negados’ os que as criticam ou a eles se opõe” (LOBATO, 2007).

A terceira e última vertente a ser analisada é o **neocorporativismo**. Ela surgiu da crítica à teoria pluralista e da análise de modelos de relacionamento político adotados pelas democracias do *Welfare State*. O corporativismo é um sistema de intermediação de interesses entre Estado e sociedade civil. Ele é formado através de unidades funcionais, não competitivas, reconhecidas ou criadas pelo Estado, garantindo-lhes o monopólio de representatividade junto a suas respectivas categorias, em troca de

controle sobre a escolha de seus líderes e articulações de demandas e apoio (LOBATO *apud* SHMITER, 2007).

2.3) A avaliação como um processo na implementação das políticas públicas

Rua (1993) apresenta dez pré-condições necessárias para que haja uma implementação perfeita quando a política pública permeia especialmente diferentes níveis de governo – federal, estadual e municipal – ou diferentes setores de atividade. Entretanto, pode-se tomar tais condições como essenciais em qualquer nível de implementação complexa envolvendo diversos atores. São condições:

1. As circunstâncias externas à agência implementadora não devem impor restrições que a desvirtuem;
2. O programa deve dispor de tempo e recursos suficientes;
3. Não deve haver restrições em termos de recursos globais e, em cada estágio da implementação, a combinação necessária de recursos deve estar efetivamente disponível;
4. A política a ser implementada deve ser baseada numa teoria adequada sobre a relação entre a causa (de um problema) e o efeito (de uma solução que está sendo proposta);
5. Esta relação entre causa e efeito deve ser direta e, se houver fatores intervenientes, estes devem ser mínimos;
6. Deve haver uma só agência implementadora, que não depende de outras agências para ter sucesso; se outras agências estiverem envolvidas, a relação de dependência deverá ser mínima em número e em importância;
7. Deve haver completa compreensão e consenso quanto aos objetivos a serem atingidos e esta condição deve permanecer durante todo o processo de implementação;
8. Ao avançar em direção aos objetivos acordados, deve ser possível especificar, com detalhes completos e em sequência perfeita, as tarefas a serem realizadas por cada participante;
9. É necessário que haja perfeita comunicação e coordenação entre os vários elementos envolvidos no programa;
10. Os atores que exercem posições de comando devem ser capazes de obter efetiva obediência dos seus comandados.

De acordo com esta abordagem, a responsabilidade por uma política cabe aos principais agentes, que são aqueles que estão no topo do processo político e que controlam o fluxo da implementação do início ao fim. Além disso, eles são os responsáveis por alocarem recursos e serem capazes, de acordo com a avaliação do corpo especializado, de adotar as medidas necessárias para o bom funcionamento da política, que engloba diversas decisões e ações estratégicas selecionadas para implementar o produto final. A política, então, derivar-se-á de longo estudo sobre o problema delimitado por estes atores no topo do processo, visando maximizar seu efeito a menores custos. Porém, quase sempre, as dez condições podem ser cumpridas e por isso faz-se necessário ações para correção. Mas como saber o que pode mudar a perspectiva da política? Assim, o monitoramento e a avaliação de políticas públicas surgem para tentar solucionar esse problema. Tanto o monitoramento quanto a avaliação são etapas do fluxo de implementação, costumeiramente esquecidos e aos quais pouco se atribui a importância necessária. Algumas vezes, essas etapas sequer são aplicadas durante o processo. Embora Rua (1998) afirme que a “avaliação de políticas públicas seja um recurso mais importante para fins de análise do que um fato real do processo político”, Cohen e Franco (1993) atribuem alta importância para essa etapa, pois permite ao gestor corrigir problemas no processo ou replicar o modelo de implementação para outras políticas, quando não é identificado problemas pela avaliação.

Às ideias apresentadas acima, podem ser relacionados três conceitos fundamentais (e muitas vezes desconsiderados) sobre o objeto em análise, eficiência, eficácia e efetividade. Um projeto é **eficiente** quando o gestor produz resultados alocando menos recursos em termos de indivíduos envolvidos ou mesmo orçamentários. A **eficácia**, por sua vez, remete às condições controladas e aos resultados desejados de experimentos, critérios que não se aplicam automaticamente às características e realidade dos programas sociais. Ou seja, é o alcance da política em termos de cumprir seus objetivos e metas. Já a **efetividade** diz respeito à capacidade de se promover mudanças substantivas na realidade do público alvo ou dos cidadãos como um todo, quando se trata de políticas universais e não focalizadas. Esses termos são referência para o monitoramento e a avaliação (COHEN & FRANCO, 1993).

O monitoramento é o momento em que pode ser corrigidos os procedimentos que não estão contribuindo para a eficiência e a eficácia da política pública. Mesmo quando bem elaborada, a política pode apresentar algumas externalidades negativas que

não foram previstas. Quando bem executado, o monitoramento permite duas ações do gestor: corrigir o processo (quando problemático), ou mantê-lo (quando dentro do planejado).

A avaliação ocorre ao fim do processo, almejando constatar qual o grau de eficácia e efetividade daquela política. Quando os resultados são promissores, as políticas podem ser replicadas inteiramente ou parcialmente por outros atores e em outros momentos. Quando, no monitoramento, se constata baixo grau de alcance, deve-se modificar a política para que não haja impactos negativos que poderão ser constatados em um próximo momento.

Após descrever, através da literatura sobre políticas públicas, a importância da avaliação como um processo da implementação, o que se pretende nas próximas seções deste trabalho é avaliar o Programa Parlamento Jovem da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) em parceria com a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG). A principal pergunta seria até que ponto essa política tem impacto positivo sobre a confiança dos participantes nas instituições – Câmara Municipal de BH, ALMG e Congresso Nacional – e nos ganhos cognitivos - “siglas”, “citação dos partidos”, “nome dos deputados” e “órgãos legislativos”.

3) Educação Cívica pelo mundo

A socialização política foi discutida ao longo dos anos como um mecanismo de transmissão de atitudes intrafamiliar, principalmente em relação à identificação partidária nos EUA (SAPIRO, 2004; NIEMI & SOBIESZEK, 1977; MARKUS, G. B. & JENNINGS, 1984; SEARS & VALENTINO, 1997). O debate sobre o papel da socialização na aquisição de conhecimento e na formação das atitudes do jovem remete-se à ideia consolidada de que família e a escola são os ambientes definidores nesse processo (FUKS, 2012). Os primeiros teóricos da socialização política defendiam a estabilidade das atitudes. Elas se formam cedo e mudam muito pouco (HYMAN, 1959; EASTON e DENNIS, 1969).

Os estudos de educação cívica estão mais alinhados à nova geração de estudos de socialização política (SEARS & VALENTINO 1997; SIGEL, 1970) que defendem, por sua vez, que as atitudes são mais maleáveis. Essa é a aposta da educação cívica: é possível, através de intenso fluxo de informação e vivências práticas, a transformação

das atitudes, cognições e ações políticas. Fuks (2012) aponta que no campo da literatura sobre educação cívica o que se encontra é a “apresentação de evidências de que as estruturas, fenômenos e processos associados aos ambientes familiar e escolar têm consequências substantivas no perfil político do jovem e, futuramente, do adulto”. Estudos têm demonstrado a clara ligação entre níveis de conhecimento político e compromisso com o próprio sistema político (FINKEL & ERNST *apud* NIE, JUNN & STEHLIK-BARRY, 2005).

Os EUA, ao longo dos anos, vêm colaborando com programas que desenvolvem o conhecimento político nas novas democracias formais emergentes. Parte-se do princípio de que a estabilidade e qualidade dos regimes democráticos dependem de indivíduos munidos de competência cívica capazes de agir de acordo com os princípios democráticos, tais qual a tolerância, conhecimento, participação, entre outros. Este seria um elemento para sustentar a governança democrática. Igualmente, os “indivíduos democráticos” devem ser relativamente participativos e votar nas eleições nacionais e locais (FINKEL, SABATINE & BEVIS, 2000), princípio básico para representação política (DAHL, 1989; MANIN, 1995).

Estudos sobre educação cívica após a década de 60 apontam um potencial para aumentar o conhecimento político dos jovens e adultos envolvidos. Este efeito pode ser mais efetivo em países recentemente democráticos como África do Sul – estudado por Finkel e Ernst em 2005 – do que em democracias já consolidadas, como os Estados Unidos, Reino Unido e Suécia, onde se realizou a maior parte das pesquisas recentes. Em situações de mudança radical do ambiente político e social, as mensagens que os alunos recebem através da educação cívica são mais fortes do que mensagens vindas do ambiente familiar, meios de comunicação, dentre outros. Portanto, a educação cívica pode exercer um efeito mais independente sobre a aprendizagem política (FINKEL & ERNST, 2005).

Não há um consenso em relação ao papel da educação cívica nas novas democracias. Existe a opinião majoritária de que maior tolerância e confiança interpessoal são boas para o desenvolvimento democrático (INGLEHART & WELZEL, 2006; PUTNAM, 1996). Dentro disto, tem-se a confiança institucional como um resultado desejável para o contexto. Alguns estudiosos argumentam que menor confiança dificulta a capacidade do governo para aprovar as políticas públicas

necessárias e que a confiança institucional tem um efeito positivo sobre o apoio à democracia como forma de governo. Por isso, maiores níveis de confiança irão prover a estabilidade dos regimes. Em oposição, há aqueles que acreditam que um certo nível de desconfiança é importante. Defende-se que é saudável certo ceticismo sobre as instituições. Isto obrigaria as elites políticas serem responsáveis (FINKEL, SABATINE & BEVIS, 2000). A educação cívica pode servir como um contrapeso parcial para a cultura política da desconfiança interpessoal que é endêmica de sociedades autoritárias e comunistas. Parte-se do princípio que o aumento da confiança interpessoal gerará aumento nos níveis de confiança institucional (LAGOS, 2000).

A educação cívica pode aumentar a insatisfação com o sistema político de várias maneiras. Na medida em que a sensibilidade política geral do indivíduo aumenta, pessoas terão maior probabilidade de entender o contexto econômico e político do país (FINKEL, SABATINE & BEVIS, 2000). Geralmente, em Estados que estão no processo de transição para a democracia, tais quadros são críticos, o que resultaria no perigo de quebra da legitimidade do sistema que se inicia.

Em seu estudo sobre o modelo de educação cívica na República Dominicana, Finkel *et al* (2000) constatou um impacto negativo na confiança institucional dos cidadãos participantes. Delinearam-se as avaliações das instituições do governo e não governamentais. Ele demonstrou em seu estudo que a desconfiança cresceu conjuntamente com a informação, tolerância e confiança interpessoal. Os dominicanos não apresentaram atitudes negativas sobre as normas e valores democráticas, mas apenas sobre as instituições. Os indivíduos expostos à educação cívica tornaram-se mais informados sobre a democracia e mais confiantes nos concidadãos. O que Finkel (2000) argumenta é que não há razão para supor que o aumento ou diminuição da confiança seja boa *a priori*. Uma mudança “boa” deve ser observada de forma conjunta com outras atitudes.

Mas porque a educação cívica realmente importa? Campbell (2008) apresenta alguns argumentos importantes. Primeiro, o conhecimento cívico adquirido ajuda que os cidadãos compreendam seus interesses como indivíduos e como membros de grupos. Quanto maior os graus de conhecimento, melhor compreende-se o impacto das políticas públicas nos interesses do indivíduo e mais eficazes elas podem se tornar no processo político. Ou seja, maior a capacidade do indivíduo de maximizar seus interesses através

do produto do Estado que é a política pública. Aumenta-se também a coerência dos pontos de vista, primeiro passo para a cristalização das atitudes políticas. A não ser que os cidadãos possuam um nível básico de conhecimento cívico, especialmente no que diz respeito aos processos e às instituições políticas, será complexo para que eles entendam os acontecimentos ou insiram novas informações em um quadro existente.

Outro argumento de Campbell (2008) é que os cidadãos com um conhecimento político maior que englobem assuntos cívicos têm menor probabilidade de ter uma atitude de desconfiança generalizada ou alienação da vida pública. O conhecimento cívico promove suporte para valores democráticos. Os cidadãos mais informados têm princípios políticos mais fortes, logo sustentarão princípios democráticos fundamentais partindo da tolerância. Por fim, o conhecimento cívico pode promover a participação política. Os cidadãos mais informados estão mais aptos a participar em assuntos públicos.

3.1) Pensando a Educação Cívica no Brasil: o Parlamento Jovem em Minas Gerais

O Parlamento Jovem é um programa de educação cívica desenvolvido no Brasil e faz parte de um conjunto de inovações institucionais que a Assembleia Legislativa de Minas Gerais vem desenvolvendo desde o início na década de 1990. Ele reforça a orientação, adotada pela ALMG, de aproximação com a sociedade mineira, incluindo a sua participação no processo legislativo. O PJ é considerado pela Escola do Legislativo da ALMG como uma forma de seminário legislativo. Os seminários são “eventos institucionalizados, com a participação de entidades civis e públicas, nos quais são debatidos temas relevantes para a população do estado, e dos quais se originam propostas de legislação encaminhadas às comissões permanentes da Casa e que servem de subsídios à atividade legislativa” (ANASTASIA, 2001). A promoção de seminários legislativos é realizada por intermédio da Mesa Diretora da ALMG e apoiada pelas instituições civis e estatais relacionadas ao tema tratado em cada evento.

O Parlamento Jovem não é uma exclusividade da ALMG. Outros modelos similares são comuns em diversos países do mundo e no Brasil na década de 1990 em São Paulo e Rio Grande do Sul. Estes modelos também existem nas três esferas: municipal, estadual e federal. Todavia, o PJ da ALMG é reconhecidamente um dos mais importantes do país, ao lado do PJ de São Paulo (COSSON, 2008). O Parlamento Jovem é uma experiência constituída pela prática do debate e interação entre jovens que vivem

realidades diversas e pela transmissão de informação e valores associados à cidadania, participação política, democracia e aprendizagem de habilidades envolvidas no processo legislativo. Essa experiência propicia aos alunos uma profunda imersão no mundo da política.

A PUC-MG participa na implementação do Parlamento Jovem, o qual é destinado aos alunos do ensino médio das escolas das redes pública e privada de Belo Horizonte. O Parlamento Jovem ocorre durante o primeiro semestre de cada ano, de março a junho. Durante o processo de formação até a plenária final, os alunos participam de diversas atividades, tanto na própria escola como na ALMG. Essa experiência visa propiciar aos participantes uma reflexão sobre o papel do Legislativo e a importância da participação política.

São selecionadas até oito escolas do ensino médio de Belo Horizonte para cada edição do projeto e as escolas participantes podem atuar em até duas edições. Os membros do Parlamento Jovem são indicados pelas unidades de ensino participantes, sendo cerca de 20 monitores do curso de Ciências Sociais da PUC e, em média, 20 alunos de cada uma das escolas de ensino médio. Cabe a cada escola selecionar os alunos que participarão do projeto. Logo, não há um critério específico para esta seleção. Depois de formalizarem sua participação, as escolas devem propor dois temas para serem discutidos no PJ. Antes do início dos trabalhos, todos os alunos participantes se reúnem e votam o tema preferido entre as opções encaminhadas por cada escola. Os alunos participam de aulas, discussões e palestras sobre temas como democracia, cidadania, organização e funções do Poder Legislativo, participação política e mecanismos de participação política. Durante todo o projeto, os alunos se reúnem semanalmente em suas escolas, juntamente com os monitores da PUC, para debater sobre o tema que fora mais votado.

As propostas elaboradas, em cada escola, durante o semestre são encaminhadas à Assembleia Legislativa e debatidas nos Grupos de Trabalho. Cada um desses grupos é constituído pelos alunos representantes das escolas, proporcionando, no debate e construção do consenso, a apresentação de diferentes pontos de vista vinculados às diferentes realidades vividas. A dinâmica dos grupos consiste em: escolha do relator do Grupo; debate das propostas; possibilidade de apresentação de até três novas propostas por grupo; votação das propostas; redação do relatório e aprovação do relatório pelo

Grupo de Trabalho. Na plenária final do Parlamento Jovem, que ocorre no Plenário da Assembleia Legislativa, é elaborado e votado um documento com proposições de ações para o Poder Público sobre a temática escolhida para aquela edição do projeto. O documento aprovado é então encaminhado à Comissão de Participação Popular da Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

O Parlamento Jovem está na sua quinta edição. Na edição de 2008, que será analisada mais a fundo nas próximas seções, o tema proposto foi “Violência Juvenil”. Participaram os seguintes colégios: Colégio Frei Orlando - Unidade Carlos Prates; Colégio Frei Orlando - Unidade Alípio de Melo; Colégio Loyola; Escola Santo Tomás de Aquino; Escola Municipal Walt Disney; Colégio Tiradentes - Unidade Gameleira; Colégio Tiradentes - Unidade Santa Teresa.

A partir de 2010, o projeto foi estadualizado e ganhou a parceria das câmaras municipais mineiras. Nos municípios, as câmaras mobilizam escolas do ensino médio e superior, órgãos públicos, empresas e organizações da sociedade civil, para viabilizar o projeto, formando assim uma extensa rede de educação legislativa em todo o Estado.

Dentre os objetivos² oficiais do Parlamento Jovem está:

- Estimular a formação política e cidadã de estudantes dos ensinos médio e superior, por meio de atividades que os levem a compreender melhor a organização dos Poderes, especialmente do Legislativo, e a importância da participação popular no Parlamento.
- Levar os jovens a se interessarem pela agenda sociopolítica de seu município e pelo exercício da participação democrática na discussão e decisão de questões relevantes para a comunidade.
- Propiciar espaço para vivência em situações de estudos e pesquisas, debates, negociações e escolhas, respeitando-se as diferentes opiniões.
- Incentivar o envolvimento das câmaras municipais em atividades de Educação para a Cidadania.

² Texto retirado da descrição do projeto na *homepage* da Assembleia Legislativa de Minas Gerais destinado ao Parlamento Jovem. Acessado em 06/12/2012.

3.2) A importância do Parlamento Jovem: por que estudá-lo?

Estudos sobre o PJ não são novidades no Brasil. O Professor/Doutor Mario Fuks do Departamento de Ciência Política (DCP) da Universidade de Minas Gerais (UFMG) desenvolve uma pesquisa contemplando a imagem da ALMG desde 2008 que em certo ponto passou a focar o Parlamento Jovem. Fuks e Casalecchi (2011) apontam que o PJ, além de aumentar a confiança dos alunos participantes, também provou ser eficiente na transmissão de informações sobre eventos criados pela ALMG para promover a interlocução e a participação no processo legislativo. Eles demonstram que “os participantes do PJ estavam mais aptos a formar as suas atitudes a partir de bases cognitivas mais sólidas”, permitindo aos jovens ter atitudes consistentes em relação à ALMG. Os ganhos cognitivos dos jovens foram localizados e fragmentados, “porém o suficiente para ampliar a sua compreensão da política e, em especial, da ALMG”. O aumento da confiança foi ainda mais forte quando o programa se desenvolveu de forma dinâmica e motivadora nas escolas participantes.

Para a capacidade de mudar a participação do jovem, Fuks (2010) afirma que não há como analisar o impacto da socialização sobre a participação sem considerar que determinados efeitos só serão desencadeados no futuro. Por isso, ele traz para a discussão o que ele denomina como efeitos tardios na participação:

Parte dos efeitos tardios pode ser captada pela propensão a se envolver com atividades políticas. Nesse caso, trata-se, na verdade, de uma modalidade de efeito indireto, cuja relação causal não se estabelece de forma imediata: a motivação de participar, hoje, influencia a propensão a participar, no futuro, a qual, por sua vez, tem efeitos diretos sobre a participação adulta (FUKS, 2010).

Ponto fundamental da discussão é a desigualdade política na qual os indivíduos estão emersos. Jovens com pais mais escolarizados e que ocupam posição elitizada no mercado de trabalho, que frequentam escolas que apresentam melhores condições de acesso às informações e estímulo à participação, são os que mais participam de organizações da sociedade civil, de atividades estudantis e de ações políticas específicas (FUKS, 2010).

Especialmente neste contexto pode-se pensar o papel do PJ. Apesar do autor afirmar que nem sempre a participação caminha para este contexto de desigualdade, o PJ teria um papel de equiparar a propensão à participação. Não estou ignorando outros

fatores que limitam as chances de participação, como a necessidade do jovem trabalhar ou mesmo dedicar tempo aos estudos – pontos que limitam o tempo a ser alocado na participação política– mas o PJ teria um papel de equilibrar a motivação do aluno.

Portanto, percebe-se a importância do PJ e sua capacidade enquanto programa de educação cívica. Mas será que os efeitos sobre a confiança dos participantes nas instituições – Câmara Municipal de BH, ALMG e Congresso Nacional – e no conhecimento político são tão positivos que explicam o esforço para sua permeação em nível estadual? Ou seja, a efetividade do projeto explica os investimentos feitos no projeto? Quais mudanças poderiam ser feitas para que o impacto fosse mais positivo? Estas são discussões que permearão as próximas seções, especialmente as considerações finais.

4) Metodologia

4.1) Desenho da pesquisa

O componente central da metodologia da pesquisa se baseia em modelos experimentais e quase-experimentais de investigação (CAMPBELL & STANLEY, 1979; COHEN & FRANCO, 2009). Os modelos experimentais são aqueles em que há grupo de tratamento e controle, informação antes e após o tratamento e os indivíduos são escolhidos aleatoriamente pelo pesquisador. O modelo quase-experimental se difere do anterior por não possuir o caráter aleatório. O modelo não-experimental pode ter três formatos. O primeiro seria aquele em que há dados no tempo antes e após o tratamento, mas não há grupo de controle. No segundo, não há informação antes do tratamento, mas há grupo de tratamento e controle. Por fim, o último formato decorre da existência de informação em dois momentos após o tratamento, mas não há grupo de controle. Em todas estas possibilidades prevalece a não aleatoriedade. (COHEN & FRANCO, 2009).

Os modelos experimentais e quase-experimentais são muito mais comuns nas ciências naturais – em particular nas ciências biológicas e da saúde – pois dificilmente conseguem ser desenvolvidos nas ciências humanas ou sociais aplicadas, principalmente por questões éticas. As dificuldades muitas vezes observadas não devem representar um impedimento a que cientistas sociais busquem desenvolver pesquisas baseadas em modelos experimentais ou quase-experimentais, mas um estímulo ainda maior pela busca de resultados substantivos. Os estudos aplicados de avaliação de

políticas públicas, em particular, têm servido de exemplo. Eles buscam frequentemente aplicar modelos experimentais ou quase-experimentais em suas pesquisas (INÁCIO et. al., 2007; NEVES et. al. 2007; OLIVEIRA et. al., 2007).

As principais vantagens dos modelos citados acima dizem respeito ao grau de controle alcançado. Há dois mecanismos principais de controle que podem ser aplicados: aleatoriedade e emparelhamento. Apenas o segundo pode estar presente em uma pesquisa baseada em delineamentos quase-experimentais. O delineamento da pesquisa sobre o Parlamento Jovem é um desenho quase-experimental com pré-teste e pós-teste e grupo de controle, sem aleatoriedade, porém com emparelhamento. A aleatoriedade não pode ser feita, em função da natureza do estudo, já que a escolha dos indivíduos que participarão do Parlamento Jovem está fora do controle dos pesquisadores e não segue critérios aleatórios. O emparelhamento foi feito através da seleção de estudantes de outras escolas que não as escolhidas para participar do PJ, mas que são semelhantes àquelas em uma série de características, como sexo, idade e série. O emparelhamento garantiu uma maior comparabilidade entre o grupo experimental e o grupo de controle. Há dois momentos de mensuração: o primeiro se deu ao início do projeto – tempo 0 - e o segundo – tempo 1 - se deu ao final (Quadro 1).

Quadro 1 - Modelo da pesquisa desenvolvida

Grupo	Antes	Política	Depois
Tratamento	T0	Parlamento Jovem	T1
Controle	C0	-	C1

*O tempo antes corresponde a abril de 2008 e o tempo depois corresponde a julho de 2008

O banco utilizado foi coletado em 2008, ano da quinta edição do PJ. Participaram sete escolas, sendo três públicas e quatro particulares, totalizando cento e sessenta alunos. Incluindo os alunos das escolas não participantes do Parlamento Jovem, foram aplicados 335 questionários no início do PJ e mais 335 no final do projeto. Destes, 168 alunos pertenciam ao grupo de tratamento e 167 com ao grupo de controle.

Para a análise das mudanças proporcionadas pelo Projeto Parlamento Jovem foram analisadas duas dimensões: mudança cognitiva e atitudinal. Foi observado através de regressões que determinados aspectos não mudaram no tempo, como conhecimento sobre alguns temas e uma postura mais democrática e tolerante, não apenas a grupos específicos, como movimento negro e homossexual, mas também a temas diversos,

como aborto e união entre pessoas do mesmo sexo. No entanto os modelos aqui propostos conseguiram captar um efeito positivo, mesmo que não abrangendo todas as variáveis dependentes, do PJ sobre os alunos participantes. Portanto, para a análise descritiva e de regressão linear e logística ordinal serão apresentados dados apenas para aquelas em que participar do PJ possui significância estatística e/ou econômica, ou seja, participar implica em uma mudança positiva.

4.2) Estratégias de pesquisa

Foram utilizadas duas estratégias distintas para a análise por regressão para as variáveis dependentes. Para “siglas”, “citação dos partidos”, “nome dos deputados” e “órgãos legislativos” - contínuas - foi aplicada a regressão linear múltipla, enquanto para as variáveis “confiança na Assembleia Legislativa de Minas Gerais”, “confiança no Congresso” e “confiança na Câmara Municipal de Minas Gerais”, que são categóricas ordinais, foi utilizada a regressão logística ordinal (LONG & FREESE, 2001). Outras variáveis foram testadas, porém a participação no Parlamento Jovem não apresentou significância estatística, optando-se por não incluí-las no corpo do trabalho³. O banco de dados possui 294 alunos ao invés das 335 que foram coletadas, pois foram excluídos aqueles que se inscreveram, mas não participaram efetivamente do Parlamento Jovem. O banco está em um formato *wide* e por isso foi utilizado a variável defasada, ou seja, a condição da variável dependente antes da política.

Como variáveis independentes, foram utilizadas a variável de participação do Parlamento Jovem, sendo 1 para os participantes e 0 para não participantes; um fator com a escolaridade dos pais; três variáveis dicotômicas para as escolas classificadas pelo tipo, se escola pública militar, ou particular de classe média ou particular de elite; duas variáveis dicotômicas que mostram a série em que se encontram os alunos; uma variável de exposição aos meios de comunicação; duas variáveis de outras experiências de socialização, sendo 1 para aqueles que participaram e 0 caso o contrário e as variáveis defasadas, ou seja, a condição prévia – variável no tempo 0 – de cada uma das dependentes. Foram incluídas inicialmente três variáveis de avaliação de cada instituição, sendo utilizada de acordo com a variável dependente. Entretanto, pela dificuldade empírica do aluno distinguir o conceito avaliação de confiança, optou-se por não incluir a variável.

³ Participar no PJ não apresentou significância estatística ou econômica para as variáveis dependentes.

Outras variáveis independentes também foram testadas no modelo, tanto relacionadas à cultura política como aquelas variáveis de características individuais dos alunos. Mas, como o tamanho da amostra já é reduzido – 335 alunos – optou-se por um modelo final mais parcimonioso. A construção detalhada das variáveis independentes e dependentes está apresentada abaixo.

Variáveis Dependentes

Confiança na ALMG – Regressão Logística Ordinal

Foi feita a pergunta “Em relação à Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), você: (1) nunca confia, (2) confia às vezes, (3) confia na maior parte do tempo e (4) confia sempre?”.

Confiança no Congresso Nacional – Regressão Logística Ordinal

Foi feita a pergunta “Em relação ao Congresso Nacional, você: (1) nunca confia, (2) confia às vezes, (3) confia na maior parte do tempo e (4) confia sempre?”.

Confiança na Câmara dos Vereadores – Regressão Logística Ordinal

Foi feita a pergunta “Em relação à Câmara dos Vereadores, você: (1) nunca confia, (2) confia às vezes, (3) confia na maior parte do tempo e (4) confia sempre?”.

Siglas – Mínimos Quadrados Ordinários

Foi pedido que os respondentes dissessem o significado das siglas TRE (Tribunal Regional Eleitoral), ONU (Organização das Nações Unidas), UNE (União Nacional dos Estudantes) e MST (Movimento dos Sem-Terra). O índice foi feito somando as palavras corretamente mencionadas pelos respondentes, variando de 0 a 12. Optou-se por essa codificação, em vez do acerto substantivo, devido à dificuldade de se classificar respostas parcialmente corretas.

Citação dos partidos – Mínimos Quadrados Ordinários

Esta bateria de questões pedia que o respondente listasse os partidos que conhecia. A cada partido brasileiro falado corretamente ele ganhava um ponto, enquanto a não citação ou o erro valiam zero. O índice foi construído pelo somatório dos acertos.

O índice varia de 1 a 12, o número máximo de partidos que os respondentes conseguiram mencionar.

Nome dos deputados – Mínimos Quadrados Ordinários

Foi feita a pergunta “Você saberia me dizer o nome de algum deputado da Assembleia Legislativa de Minas Gerais?”. Foi atribuído dois pontos para a citação de nome completo do deputado e um ponto para nome incompleto. Em seguida, foram somados os pontos, criando-se, assim um índice.

Órgãos Legislativos – Mínimos Quadrados Ordinários

Foi feita a pergunta “Agora eu vou ler uma lista de instituições e gostaria de saber quais fazem parte do poder legislativo. A primeira delas é... ele(a) faz parte ou não do poder legislativo?”. A partir daí uma variável binária foi criada para cada item proposto: “Câmara dos Vereadores”, “Ministério público”, “Senado”, “Tribunal Eleitoral”, “Assembleia Legislativa”, “Procuradoria Geral da República”, sendo respostas certas = 1 e respostas erradas = 0. Por fim, somou-se as respostas anteriores e criou-se um índice de 0 a 6 (*Alpha de Cronbach* = 0,508).

Variáveis Independentes

Participou do Parlamento Jovem

Foi criada uma variável binária em que 1 = aluno do grupo de tratamento (participante do PJ) e 0 = aluno do grupo de controle (não participou do PJ).

Série

Foi criada uma variável categórica em que 1 = aluno de 1º ano, 2 = aluno de 2º ano e 3 = aluno de 3º ano. Em seguida, essa variável decomposta tem três variáveis binárias que indicam se o aluno participava do primeiro, segundo ou terceiro ano, sendo que o valor 0 = não participa e 1 = participa.

Outras Socializações

Foi perguntado se “Você participa ou já participou de Mini-ONU”, “Você participa ou já participou de Conferência Diplomática”, “Você participa ou já participou de Grupo de estudo sobre política” e “Você participa ou já participou de algum outro

projeto voltado para a formação política” sendo 1 para quem participou e 0 para quem não participou. A partir das respostas foram criadas duas novas variáveis. A primeira delas computou quais alunos participaram de Mini-ONU, Conferência Diplomática ou outro projeto voltado para formação política, sendo que 0 = não participou de nenhum desses e 1 = participaram de algum desses. A segunda computou os alunos que participaram de Grupo de estudo sobre política, sendo que 0 = não participaram e 1 = participaram.

Escolaridade dos pais

Foi criado um construto a partir da Análise Fatorial por Eixos Principais que aglutinou os anos de escolaridade completos do pai e da mãe do respondente, de modo a obter apenas uma variável geral de escolaridade dos pais. As duas variáveis isoladas foram medidas em termos dos graus escolares completos ou incompletos do pai e da mãe. Para transformá-las em variáveis contínuas, foi seguida a estratégia de Bills & Haller (1984), atribuindo os seguintes valores para os anos de escolaridade: 0 (nunca frequentou a escola), 2 (1ª a 4ª série do fundamental incompleto), 4 (1ª a 4ª série do fundamental completo), 6 (5ª a 8ª série do fundamental incompleto), 8 (5ª a 8ª série do fundamental completo), 9,5 (1º ao 3º do ensino médio incompleto), 11 (1º ao 3º ano do ensino médio completo), 13 (curso superior incompleto), 15 (curso superior completo), 16 (pós-graduação incompleta) e 17 (pós-graduação completa).

Variáveis binárias das escolas

Uma das variáveis, em nosso banco de dados, buscava captar em um só indicador o tipo de ambiente escolar frequentado pelo respondente. As categorias definidas foram as seguintes: escola pública, escola pública militar, escola particular de classe média e escola particular de elite. Foram criadas variáveis indicadoras (binárias) a partir das quatro categorias. Os critérios utilizados na classificação das escolas como de elite e classe média foram a mensalidade e a localização geográfica. Assim, nenhuma escola de classe média tem, na primeira e segunda série do ensino médio, mensalidade superior a R\$ 520,00, enquanto que as mensalidades das escolas de elite variam entre R\$ 642,00 e 738,00. Da mesma forma, além de serem reconhecidas publicamente como “tradicionais”, todas as escolas de elite se situam na região mais valorizada de Belo Horizonte (zona sul). As escolas de classe média ficam em regiões menos “nobres” da

cidade. No caso das escolas públicas e militares, a classificação apenas reproduz a identidade jurídica dessas escolas.

Há dentre as variáveis independentes, as condições prévias (variáveis defasadas) para a confiança final em cada uma das instituições. Tal discussão é trazida por Fishkin e Luskin (2002). A condição prévia é utilizada para garantir que todos, de certa forma, comecem no mesmo patamar relativo à sua própria condição inicial. Caso contrário, o resultado ficaria subestimado ou superestimado de acordo com o valor com o qual se começou. Por exemplo, aquele que já tem um grau de confiança máximo na instituição, não terá ganho, manterá sua confiança ou passará a confiar menos. A condição prévia é utilizada então para se evite esse problema.

Estes atributos individuais foram utilizados para, em maior ou menor medida, explicar a participação dos jovens. Estas características formam um “estoque de estímulo ao ativismo, que estará à disposição do indivíduo quando, na vida adulta, novas oportunidades de participação surgirem” (FUKS, 2010).

5) Avaliando o PJ (Resultados)

5.1) Análise Descritiva

A primeira parte da análise de dados busca explorar a mudança de atitude no tempo desagregado por participante (grupo de tratamento) e não participante (grupo de controle). Serão contempladas as variáveis dependentes “confiança na ALMG”, “confiança no Congresso Nacional” e “confiança na Câmara Municipal de Belo Horizonte”. Essas variáveis são categóricas, como pode ser observado no Quadro 2.

Quadro 2 - Variáveis dependentes categóricas de confiança nas instituições políticas.

Variáveis	Rótulo	Valor Atribuído
Confiança na ALMG, CN, CMBH	Nunca Confia	0
	Confia às Vezes	1
	Confia na Maior Parte do Tempo	2
	Sempre Confia	3

Fonte: Os dados da pesquisa foram produzidos pela pesquisa “O Parlamento Jovem como espaço de socialização política”, organizada pelo Prof. Dr. Mário Fuks e financiada pelo CNPq e pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig).

Através da Tabela 1 observa-se que, para a variável confiança na ALMG, os participantes do PJ apresentam menor concentração na categoria “0”, em relação aos não participantes, enquanto na categoria “3”, sendo esta a que demonstra maior confiança na instituição, também apresentam menor percentual. Após o programa, nota-se que os participantes passam a confiar mais na ALMG em relação aos não participantes. Para o grupo de controle, a concentração no tempo 1 na categoria nunca confia é 9,5% menor do que no tempo 0 e 150% menor para o grupo de tratamento. Estes percentuais foram calculados pela fórmula $[(\text{confiançaT1}/\text{confiançaT0}) - 1] \times 100\%$. Já em confiar às vezes, para o grupo de controle, vemos que a variação é praticamente nula do tempo 0 para o tempo 1, enquanto para o grupo de tratamento há uma redução de 51,6% após o PJ. Já na categoria confia na maior parte do tempo percebe-se um aumento de adolescentes que responderam tal item tanto para os não participantes quanto para os participantes. Enquanto para o primeiro o aumento foi de 24,2% para o segundo foi 71,2%. Por fim, temos a categoria confia sempre. Aqui a diferença entre os grupos é tão forte quanto no item anterior. Dentre os não participantes há uma redução de 68,8% de pessoas que dizem confiar sempre na ALMG, enquanto dentre os participantes há um aumento de 183,8% no número de adolescentes que demonstram muita confiança na instituição organizadora do Parlamento Jovem.

A segunda variável dependente, confiança no congresso, é a que apresenta as menores mudanças de atitude (CASALECCHI, 2011) em termos percentuais no tempo. Entendemos por mudança de atitude a simples mudança de uma categoria de resposta para outra. Para a categoria nunca confia, há uma redução percentual de 88,6% do número de alunos que afirmaram ter tal postura em relação ao Congresso dentro do grupo de controle. Já no grupo de tratamento observa-se que a redução foi ligeiramente menor, 84,6%. O percentual de não participantes que confiam às vezes na instituição em análise aumentou ligeiramente, 6,5%, enquanto a variação percentual dentre os participantes foi negativa e igual a 7,6%. Ou seja, há uma redução para o grupo de tratamento. Para a categoria seguinte, confia na maior parte do tempo, vemos uma mudança muito pequena para os não participantes, saindo de 11,3% para 13,0%. Já a variação percentual dentro desta categoria para os participantes é 84,2% e positiva, mostrando forte tendência a uma atitude mais positiva em relação aos não participantes. Por fim, temos que o percentual de alunos tanto no grupo de controle quanto no grupo de tratamento é muito pequeno para ambos, assim como a variação. Dentre os não

participantes o percentual era 1,3% e foi para 1,6%, enquanto para os participantes o percentual foi de 2,5% para 0,9%.

Tabela 1 - Frequência e distribuição percentual do número de participantes e não participantes do Parlamento Jovem de 2008 por possibilidade de resposta das variáveis dependentes categóricas.

Variáveis Dependentes	Categorias	Tempo 0				Tempo 1			
		Controle		Tratamento		Controle		Tratamento	
		N*	%	N*	%	N*	%	N*	%
Confiança no Congresso	Nunca confia	24	15,0	10	8,1	19	12,0	8	6,5
	Confia às vezes	116	72,5	95	77,2	112	70,9	81	65,9
	Confia na maior parte do tempo	18	11,3	16	13,0	23	14,6	33	26,9
	Sempre confia	2	1,3	2	1,6	4	2,5	1	0,9
	<i>Total**</i>	160	100	123	100	158	100	123	100
Confiança na ALMG	Nunca confia	13	8,1	5	4,0	12	7,4	2	1,6
	Confia às vezes	81	50,6	62	50,0	99	61,1	50	40,3
	Confia na maior parte do tempo	53	33,1	51	41,1	45	27,8	59	47,6
	Sempre confia	13	8,1	6	4,8	6	3,7	13	10,5
	<i>Total**</i>	160	100	124	100	162	100	124	100
Confiança na Câmara Municipal de BH	Nunca confia	24	14,9	16	12,9	20	12,4	4	3,3
	Confia às vezes	93	57,4	77	62,1	109	67,7	78	63,9
	Confia na maior parte do tempo	40	24,7	23	18,6	28	17,4	34	27,9
	Sempre confia	5	3,1	8	6,5	4	2,5	6	4,9
	<i>Total**</i>	162	100	124	100	161	100	122	100

*N=Tamanho da amostra por possibilidade de resposta.

**A variação de resposta é por causa de indivíduos que deixaram de responder as perguntas no tempo 0 ou no tempo 1.

Fonte: Os dados da pesquisa foram produzidos pela pesquisa “O Parlamento Jovem como espaço de socialização política”, organizada pelo Prof. Dr. Mário Fuks e financiada pelo CNPq e pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig).

Outra variável dependente em foco é a confiança na CMBH. Para esta o percentual de não participantes no tempo 1 que nunca confia na CMBH é 15,5% menor

do que no tempo 0. Dentre os participantes, a concentração é 275,8% menor no mesmo sentido do grupo anterior. Já na categoria confia às vezes vemos que há um aumento 8,1% no tempo 1 para o grupo de controle, enquanto para o grupo de tratamento a lógica é inversa. O percentual de respondentes diminui no tempo 1, com uma redução 5.9%. Os não participantes que confiam na maior parte do tempo na CMBH diminui 32,8% no tempo, enquanto há um aumento de 60,3% dentre os participantes. Por último, o percentual de alunos que sempre confiam na CMBH foi maior no tempo 1 para o grupo de controle do que para o grupo de tratamento. Enquanto para o primeiro o aumento foi de 109,7% o aumento no segundo foi de 96,0%. Ressalta-se que a concentração de pessoas para ambos os grupos que demonstraram tamanha confiança foi pequena dentre grupos. O percentual de participantes com esta opinião foi 4,9% e de não participantes foi 6,5%, ambos após o PJ.

Através destes dados podemos afirmar que não há transferência do aumento da confiança por parte dos participantes do Parlamento Jovem para as demais instituições políticas, uma vez que a distribuição dos indivíduos por possibilidade de resposta não é a mesma para as três instituições.

Resta uma análise mais aprofundada dos dados, através da análise de regressão logística ordinal. Elas foram estimadas com *cluster* por escolas, devido ao problema da dependência das observações, já que temos alunos de uma mesma escola, que podem se comunicar e influenciar na opinião um do outro, o que geraria viés no banco.

Na Tabela 2, há a análise descritiva para as variáveis contínuas. Observa-se que a variação dos dados é pequena, aumentando na dependente acerto na citação dos partidos. Isto é explicado pelos valores mínimo e máximo que a variável pode alcançar: 0 a 12. Um ponto que deve ser destacado é que a média de cada dependente varia pouco entre os grupos. Por fim, a amplitude dos dados é maior para todas as dependentes para o grupo de tratamento, com exceção do “acerto na citação dos partidos”, que é maior para o grupo de controle.

Tabela 2 - Tabela descritiva para as variáveis contínuas para os participantes e não participantes do Parlamento Jovem de 2008, apresentando média, desvio padrão (SD), mínimo e máximo.

Variáveis Dependentes		Controle	Tratamento
Siglas	Média	2,23	2,48
	SD	1,08	1,15
	Mínimo	0	0
	Máximo	4	4
Citação dos partidos	Média	5,34	5,64
	SD	2,39	2,36
	Mínimo	0	1
	Máximo	12	12
Nome dos deputados	Média	0,16	0,64
	SD	0,45	0,98
	Mínimo	0	0
	Máximo	3	4
Órgãos Legislativos	Média	4,00	4,45
	SD	1,53	1,26
	Mínimo	0	0
	Máximo	6	6

Fonte: Os dados da pesquisa foram produzidos pela pesquisa “O Parlamento Jovem como espaço de socialização política”, organizada pelo Prof. Dr. Mário Fuks e financiada pelo CNPq e pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig).

Até o momento concluiu-se que os participantes tiveram mudanças atitudinais e cognitivas, comparando-se com aqueles que não participaram do projeto. Porém, qual o impacto real desta mudança? Quais variáveis, para as mudanças cognitivas e atitudinais, impactam mais nesta tendência? Qual o real impacto de se participar em um programa como o Parlamento Jovem? Para responder tais inquietações utilizaram-se as regressões lineares e logísticas ordinais.

5.2) Variáveis atitudinais

A Tabela 3 traz os valores obtidos pela regressão logística ordinal. Destaca-se que tal metodologia foi usada apenas para as variáveis dependentes que foram construídas através de questões elaboradas pela escala de *Likert*, logo as categorias podem ser ordenadas.

Tabela 3 - Regressão Logística Ordinal para as variáveis dependentes “Confiança na ALMG”, “Confiança no Congresso” e “Confiança na CMBH” – Parlamento Jovem 2008.

Variáveis Independentes	Confiança na ALMG	Confiança no CN	Confiança na CMBH
Participante do PJ	3,035*** (0,613)	1,647*** (0,278)	2,601*** (0,520)
Fator com a escolaridade dos pais	1,638** (0,334)	1,364* (0,249)	1,731* (0,496)
Escola Pública	Referência	Referência	Referência
Escola Pública Militar	0,497 (0,213)	0,646 (0,271)	0,395** (0,151)
Escola Particular de Classe Média	0,599 (0,226)	0,659 (0,243)	0,393* (0,213)
Escola Particular de Elite	0,394* (0,200)	0,974 (0,353)	0,508 (0,305)
Participou de grupo de estudo antes e/ou durante o PJ	0,975 (0,355)	0,490** (0,165)	0,586 (0,322)
Outra experiência de socialização e/ou durante o PJ	1,336 (0,575)	1,588 (0,757)	1,160 (0,350)
Exposição à informação nos meios de comunicação	1,037 (0,0459)	1,003 (0,0560)	0,994 (0,0641)
Aluno do Primeiro Ano	Referência	Referência	Referência
Aluno do Segundo Ano	1,073 (0,357)	1,084 (0,223)	0,949 (0,369)
Aluno do Terceiro Ano	1,284 (0,629)	1,138 (0,522)	1,554 (0,493)
Var. defasada - Confiança na ALMG	3,059*** (0,680)	-	-
Var. defasada - Confiança no CN	-	2,757*** (0,751)	-
Var. defasada – Confiança na CMBH	-	-	3,499*** (0,858)
Corte 1 – Constante	0,196*** (0,0918)	0,263*** (0,0971)	0,186*** (0,110)
Corte 2 – Constante	8,902*** (4,191)	12,70*** (4,430)	11,91*** (6,971)
Corte 3 – Constante	133,2*** (83,43)	275,2*** (134,3)	144,3*** (104,3)
Observações	278	273	277

Erros padrão robustos entre parênteses.

*** significante ao nível de confiança de 99%; ** significante ao nível de confiança de 95%; * significante ao nível de confiança de 90% - (testes bicaudais)

A variação entre o número de observações de cada modelo deve-se a ausência de resposta de alguns indivíduos.

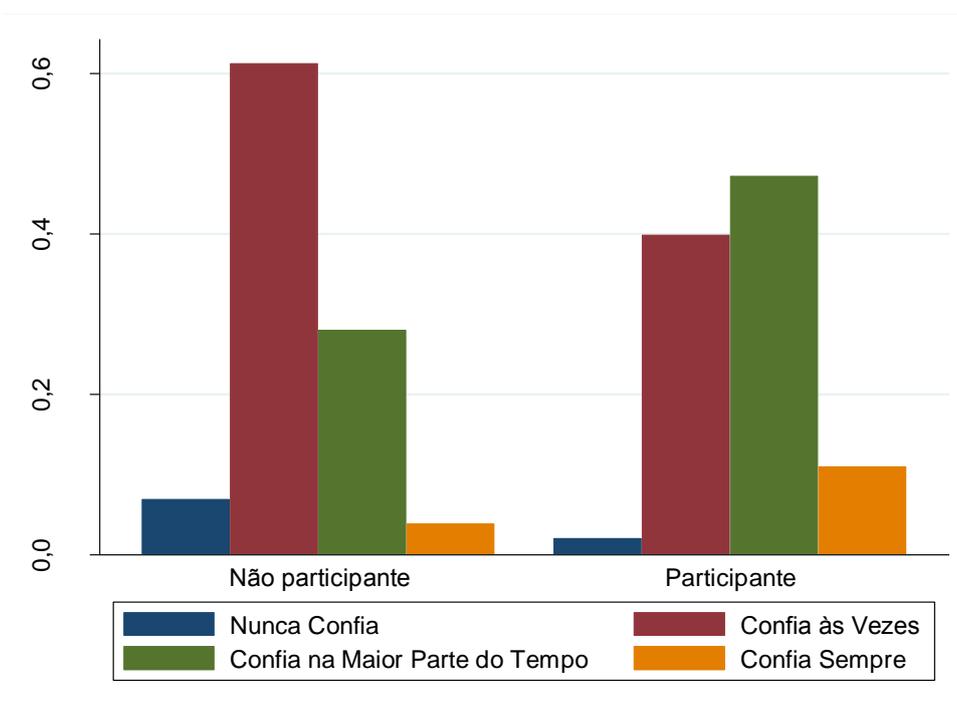
Fonte: Os dados da pesquisa foram produzidos pela pesquisa “O Parlamento Jovem como espaço de socialização política”, organizada pelo Prof. Dr. Mário Fuks e financiada pelo CNPq e pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig).

Em princípio, nota-se que poucas variáveis apresentaram significância estatística, mesmo que ao nível de confiança de 90%. No teste unicaudal, houve mais significância estatística, mas como não há certeza quanto à direção que cada variável deve assumir, optou-se pelo teste bilateral. Além da variável de participação, apenas o fator com a escolaridade dos pais e a condição prévia apresentaram significância estatística para as três variáveis dependentes. Ser estudante de escola de elite apresentou significância para o modelo da variável dependente confiança na ALMG. Participou de grupos de estudos e/ou durante o PJ teve significância para confiança no Congresso Nacional, enquanto ser estudante de Escola Pública Militar e ser estudante de escola particular de classe média apresentaram mesma situação. Mas qual a magnitude de impacto que cada variável teve sobre a confiança nas instituições? Como o objetivo é avaliar o impacto do PJ, é fundamental que se analise a magnitude das principais variáveis. Para todos os coeficientes, será considerado o efeito *ceteris paribus* (mantendo as demais variáveis constantes).

Observando a principal variável de controle – participou ou não do PJ – constata-se que os alunos participantes têm 203,5% a mais de probabilidade de níveis mais positivos de confiança na ALMG em relação ao grupo de controle (Tabela 3). O aumento de uma unidade no fator de escolaridade dos pais aumenta a probabilidade de um nível maior de confiança em 63,8%. Um aluno que estuda numa escola de elite está mais susceptível a desconfiar da ALMG em relação a um aluno de escola pública. Ele possui 60,6% a menos de probabilidade de confiar na instituição. Por fim, um aluno que participou de grupos de estudo antes e/ou durante o PJ possui uma probabilidade positiva de 33,6%, enquanto um aluno do terceiro ano possui probabilidade igualmente positiva de 28,4%. Para ambos os impacto não há significância estatística. Para observar-se a grande diferença do grupo de tratamento em relação ao grupo de controle ainda foi elaborado um gráfico da probabilidade predita de cada uma das categorias – Gráfico 1. Manteve-se constante as variáveis independentes dos modelos de regressão, com exceção da “participação ou não no PJ”. Para as variáveis binárias, optou-se pela categoria com maior número de respostas. Para a variável contínua, manteve-se constante pelo seu valor médio. Observa-se que a concentração na categoria “confia às vezes” para o grupo de controle é substancialmente maior do que na mesma categoria para o grupo de tratamento. Entretanto, a concentração na opção “confia na maior parte

do tempo” e “confia sempre” é maior para os participantes do que para os não participantes.

Gráfico 1 - Probabilidade predita na Confiança na ALMG para os “participantes” e os “não participantes” do Parlamento Jovem de 2008 por possibilidade de resposta, mantendo as demais variáveis independentes constantes.

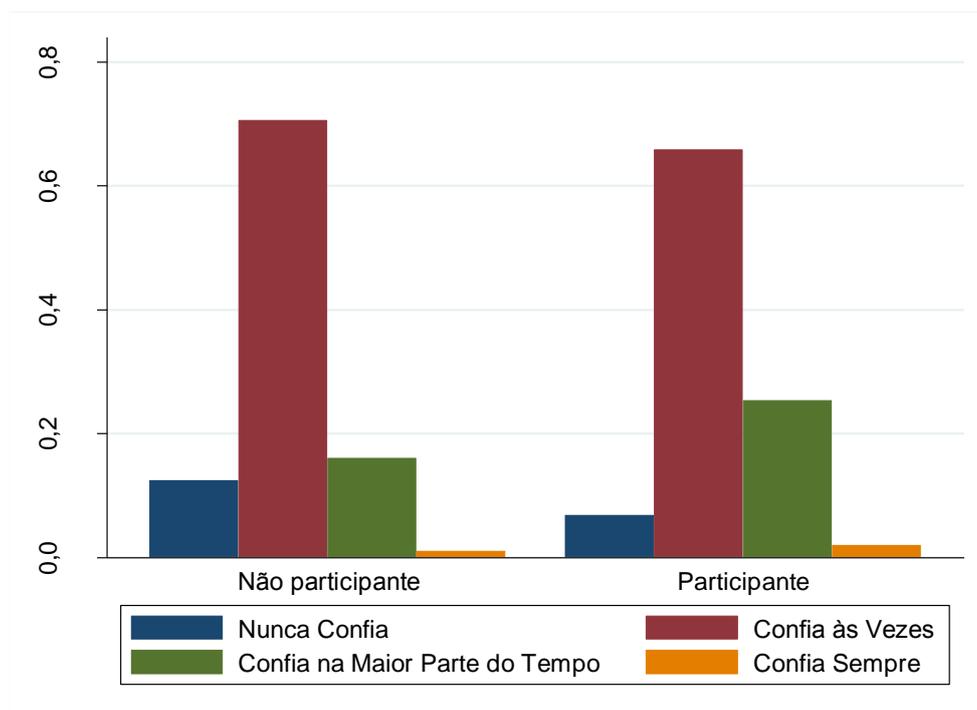


Fonte: Os dados da pesquisa foram produzidos pela pesquisa “O Parlamento Jovem como espaço de socialização política”, organizada pelo Prof. Dr. Mário Fuks e financiada pelo CNPq e pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig).

Para a variável dependente “Confiança no Congresso Nacional (CN)” observa-se um impacto menor da participação no PJ (Tabela 3). Os alunos do grupo de tratamento possuem 64,7% a mais de probabilidade de níveis mais positivos de confiança no Congresso Nacional em relação aos alunos do grupo de controle, mantendo as demais variáveis constantes. Pelo Gráfico 2, constata-se que a variação entre os grupos para as duas categorias mais positivas – “confia na maior parte do tempo” e “confia sempre” – é substancialmente menor quando comparado à última instituição analisada: a Assembleia Legislativa de MG (Gráfico 2). Sobre as demais variáveis, o aumento de uma unidade no fator de escolaridade dos pais aumenta em 1,364 a chance do aluno confiar mais no CN, enquanto ter participado de grupos de estudo antes e/ou durante o PJ reduz a probabilidade de postura mais positiva quanto a confiança em 51%, em relação a quem

não participou. Ter participado de outras experiências de socialização - Mini-Onu, Conferência Diplomática e/ou algum outro projeto voltado para a formação política – aumenta a probabilidade de uma maior confiança em 58,8%, mas sem significância estatística.

Gráfico 2 - Probabilidade predita na Confiança no CN para os “participantes” e os “não participantes” do Parlamento Jovem de 2008 por possibilidade de resposta, mantendo as demais variáveis independentes constantes.

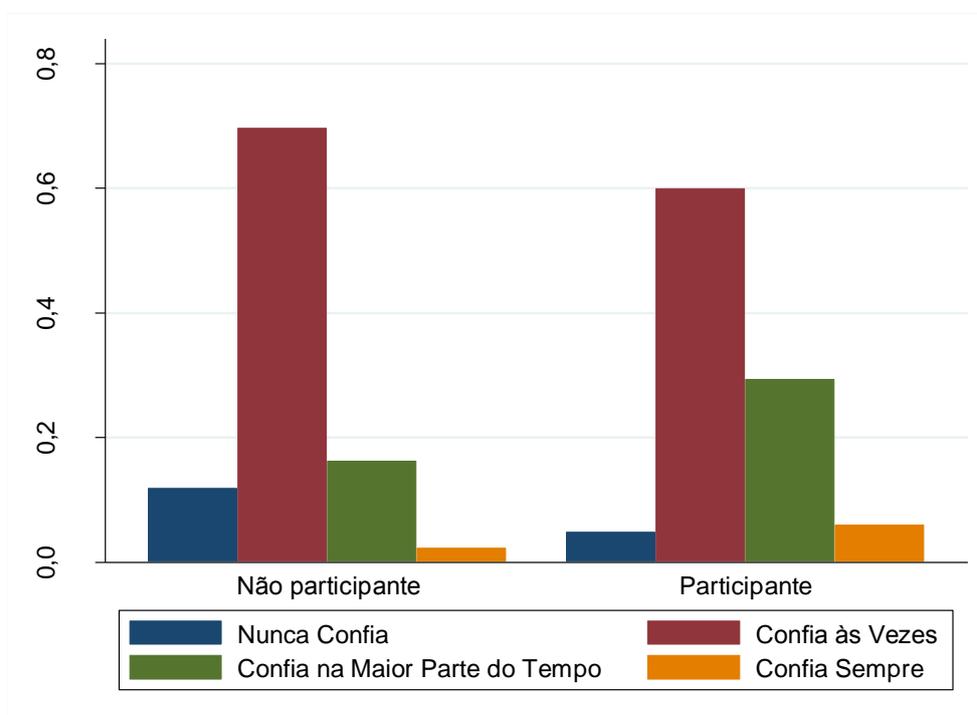


Fonte: Os dados da pesquisa foram produzidos pela pesquisa “O Parlamento Jovem como espaço de socialização política”, organizada pelo Prof. Dr. Mário Fuks e financiada pelo CNPq e pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig).

A última variável na dimensão atitudinal é a “Confiança na Câmara Municipal de Belo Horizonte”. Mais uma vez a magnitude do impacto apresentada pela variável “participou do PJ” foi interessante. Os participantes têm 160,1% a mais de probabilidade de maior nível de confiança do que o grupo de controle (Tabela 3). Percebe-se no Gráfico 3 que a diferença entre participantes e não participantes nas categorias “Confia na maior parte do tempo” e “Confia sempre” é maior para a CMBH do que foi para o CN (Gráfico 2) e menor do que se encontrou para a ALMG (Gráfico 1). Para as demais variáveis de controle (Tabela 3), constatou-se que o aumento de uma unidade no fator de escolaridade dos pais aumenta em 73,1% a probabilidade de níveis mais positivos de confiança. Estudar em escola pública militar, escola particular de

classe média ou escola particular de elite apresenta um efeito negativo respectivamente igual a 60,5%, 60,7% e 49,2%, sem significância estatística em todas. Em relação a estudar em escola pública - mantendo as demais variáveis constantes. Ter participado de outras formas de socialização política - Mini-Onu, Conferência Diplomática e/ou algum outro projeto voltado para a formação política – aumenta a probabilidade na confiança em 16,0% (mas sem significância estatística). Por último, ser aluno do terceiro ano, em relação a ser do primeiro ano, aumenta a probabilidade de confiança em 55,4% (mas sem significância estatística).

Gráfico 3 - Probabilidade predita na Confiança na CMBH para os “participantes” e os “não participantes” do Parlamento Jovem de 2008 por possibilidade de resposta, mantendo as demais variáveis independentes constantes.



Fonte: Os dados da pesquisa foram produzidos pela pesquisa “O Parlamento Jovem como espaço de socialização política”, organizada pelo Prof. Dr. Mário Fuks e financiada pelo CNPq e pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig).

Portanto, percebe-se pela análise descritiva dos dados e pelos modelos de regressão logística que os participantes apresentaram ao fim do PJ maiores índices de confiança. A descrição deixou bem claro que apesar de em alguns momentos a confiança ser similar no tempo 0, no tempo 1 o panorama mudou e os participantes apresentaram índices mais expressivos. Hipóteses a respeito destas diferenças serão

levantadas na última seção do trabalho. O Parlamento Jovem mostrou-se eficiente nesta dimensão, pois a confiança dos indivíduos aumentou.

5.3) Variáveis Cognitivas

A segunda dimensão que se procura avaliar são as mudanças cognitivas dos participantes. Será que, após o PJ, os indivíduos apresentam maiores níveis de conhecimento? Para responder a tal pergunta foram escolhidas quatro variáveis: “siglas”, “citação dos partidos”, “nome dos deputados” e “órgãos legislativos”.

Foi rodada uma regressão linear para cada uma das variáveis cognitivas. Optou-se por manter um mesmo modelo de variáveis do que já foi apresentado, como observado na Tabela 4. Também foi utilizado um teste bicaudal de acordo com os motivos citados previamente. Serão analisadas em cada um dos modelos todas as variáveis com significância estatística ou econômica, desde que as variáveis com significância estatística tenha impacto em cada uma das dependentes.

Tabela 4 - Regressão Linear Múltipla para as variáveis dependentes “siglas”, “citação dos partidos”, “nome dos deputados” e “órgãos legislativos” – Parlamento Jovem 2008.

Variáveis Independentes	Siglas	Citações dos Partidos	Nome dos Deputados	Órgãos Legislativos
Constante	0,400* (0,211)	1,361*** (0,373)	-0234 (0,258)	2,247*** (0,244)
Participante do PJ	0,165* (0,0859)	-0,300 (0,189)	0,350*** (0,109)	0,325* (0,173)
Fator com a escolaridade dos pais	0,0600 (0,0746)	0,245 (0,174)	0,0569 (0,0641)	0,167 (0,128)
Escola Pública	Referência	Referência	Referência	Referência
Escola Pública Militar	0,125 (0,170)	0,0903 (0,328)	0,200 (0,173)	-0,247 (0,206)
Escola Particular de Classe Média	0,178 (0,235)	0,291 (0,375)	0,129 (0,254)	-0,165 (0,263)
Escola Particular de Elite	0,305 (0,242)	0,469 (0,514)	-0,0430 (0,215)	-0,157 (0,264)
Participou de grupo de estudo antes e/ou durante o PJ	0,214 (0,124)	1,133** (0,516)	0,213 (0,163)	0,709*** (0,162)
Outra experiência de socialização e/ou durante o PJ	0,0601 (0,117)	-0,0144 (0,348)	0,0582 (0,136)	0,188 (0,224)
Exposição à informação	0,0101	0,0638**	0,0298*	0,0521*

nos meios de comunicação	(0,0191)	(0,0258)	(0,0165)	(0,0274)
Aluno do Primeiro Ano	Referência	Referência	Referência	Referência
Aluno do Segundo Ano	0,0815 (0,0733)	-0,0636 (0,247)	-0,0517 (0,0835)	-0,119 (0,161)
Aluno do Terceiro Ano	0,180 (0,114)	0,00131 (0,359)	0,474** (0,193)	0,0680 (0,232)
Var. defasada - Citação das Siglas	0,726*** (0,0532)	-	-	-
Var. defasada - Citações dos Partidos	-	0,792*** (0,0593)	-	-
Var. defasada - Citação dos Deputados	-	-	0,431*** (0,123)	-
Var. defasada - Faz parte ou não do Poder Legislativo	-	-	-	0,374*** (0,0572)
Observações	294	294	294	294
R ²	0,704	0,637	0,326	0,233
R ² ajustado	0,692	0,623	0,300	0,203

Erros padrão robustos entre parênteses.

*** significativa ao nível de confiança de 99%; ** significativa ao nível de confiança de 95%; * significativa ao nível de confiança de 90% - (testes bicaudais)

A variação entre o número de observações de cada modelo deve-se a ausência de resposta de alguns indivíduos.

Fonte: Os dados da pesquisa foram produzidos pela pesquisa “O Parlamento Jovem como espaço de socialização política”, organizada pelo Prof. Dr. Mário Fuks e financiada pelo CNPq e pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig).

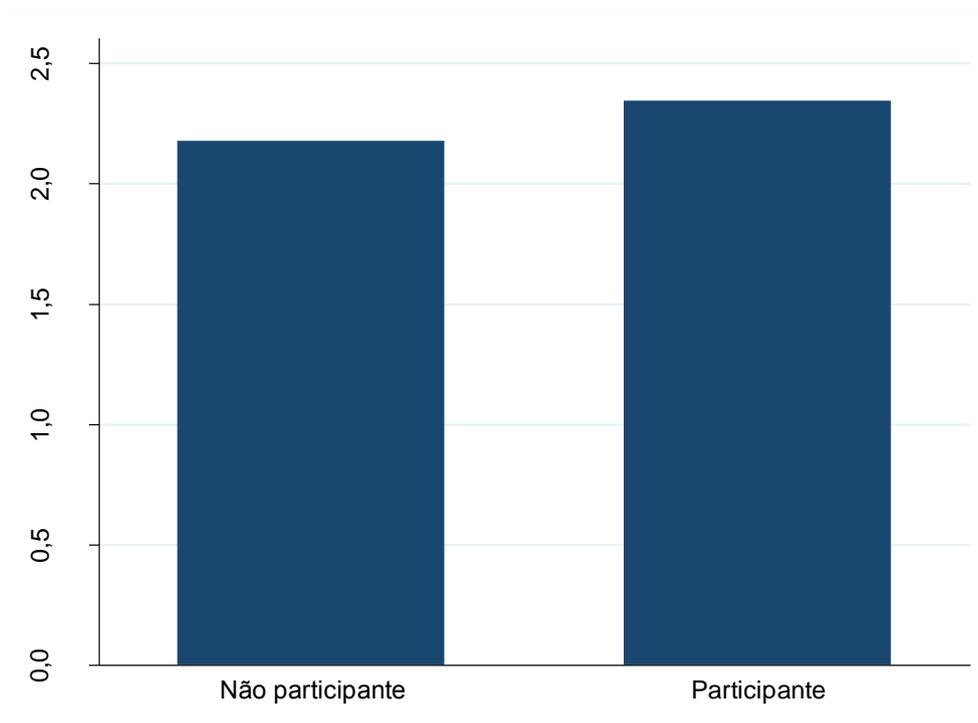
Vemos acima que a participação no Parlamento Jovem não apresentou significância estatística apenas para a variável dependente “citação dos partidos”. Além disso, seu coeficiente foi negativo, ou seja, contrariando o que foi esperado. Participar do PJ diminui em 0,300 o acerto na citação dos partidos – mantendo as demais variáveis constantes. Este modelo foi colocado para mostrar que nem sempre participar do PJ implicou em ganhos. Para as demais variáveis dependentes, o tratamento apresentou sentido dentro do esperado.

O R² dos modelos também foram consistentes. O modelo proposto explica 70,4% do acerto nas ”siglas”. Para a “citação dos partidos”, o “nome dos deputados”, “órgãos legislativos”, o modelo explica respectivamente 63,7%, 32,6% e 23,3% da variação no acerto. Também foi realizado um teste estatístico denominado “fator de

inflação de variância” (*variance inflation factors*⁴), o qual permite identificar se há multicolinearidade no modelo. O problema de multicolinearidade não foi detectado.

Resta analisar os coeficientes das regressões. Como nas análises anteriores, será considerado o efeito *ceteris paribus*. Para a variável “siglas”, ser participante aumenta o acerto na citação em 0,165, mantendo as demais variáveis constantes. Outra variável que mostrou magnitude importante foi o tipo de escola. Ser aluno de “escola pública militar”, ou “escola particular de classe média”, ou “escola particular de elite” aumenta o acerto na citação das “siglas” respectivamente em 0,125, 0,178 e 0,305, em relação aos alunos de “escolas públicas”, mas sem significância estatística. O Gráfico 4 deixa claro que mesmo com o efeito positivo da participação, a diferença entre os grupos é pequena, muito pelo fato de que o valor máximo atingido é relativamente baixo: 3,0 pontos.

Gráfico 4 - Valor predito do acerto da Citação das Siglas para os “participantes” e os “não participantes” do Parlamento Jovem de 2008.

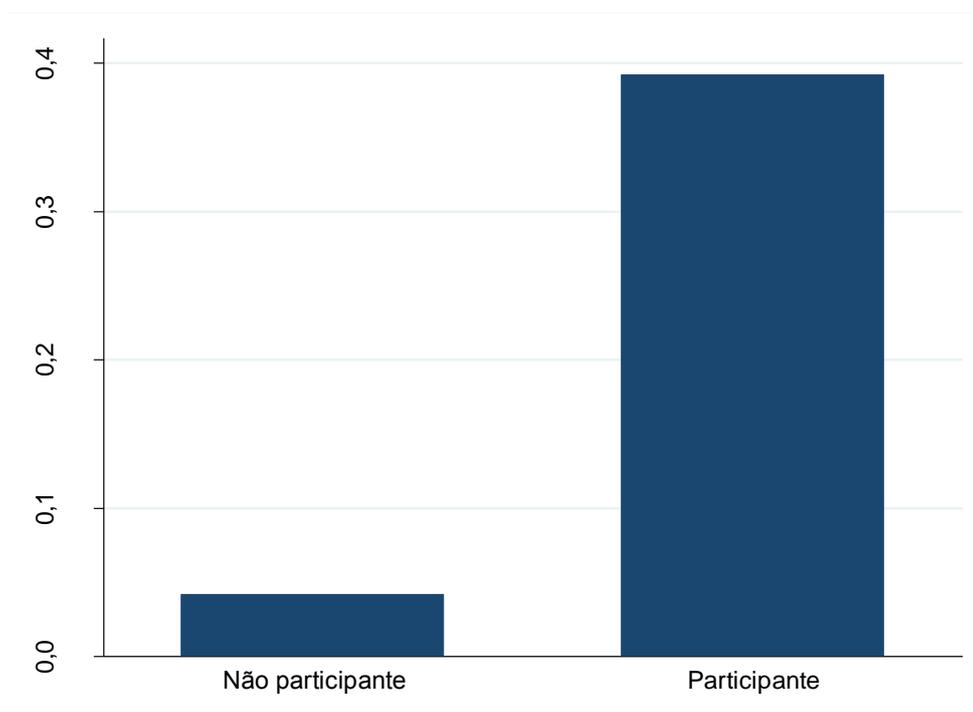


Fonte: Os dados da pesquisa foram produzidos pela pesquisa “O Parlamento Jovem como espaço de socialização política”, organizada pelo Prof. Dr. Mário Fuks e financiada pelo CNPq e pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig).

⁴ O teste para os quatro modelos se encontra nos anexos na seção “Anexo C”.

Para a variável “nome dos deputados”, estar no grupo de tratamento significa um aumento no acerto de 0,350, mantendo as demais variáveis constantes (Tabela 4). Ser aluno de “escola pública militar” ou “escola particular de classe média” – em relação a ser aluno de “escola pública” – apresenta o mesmo efeito positivo no acerto da citação. Os valores dos coeficientes foram 0,200 e 0,129, mas sem significância estatística. Ter “participado de grupo de estudo e/ou durante o PJ” apresenta efeito positivo na variável dependente igual a 0,213, novamente com ausência de significância estatística, enquanto ser “aluno do terceiro ano”, em relação a ser do primeiro aumenta o acerto em 0,474. Mais uma vez, o valor máximo obtido foi pequeno e por isso a grande diferença entre os grupos é importante. Pode-se concluir que o PJ se mostrou eficiente (Gráfico 5), mesmo que o nível cognitivo tenha sido baixo.

Gráfico 5 - Valor predito do acerto da Citação dos Deputados Estaduais para os “participantes” e os “não participantes” do Parlamento Jovem de 2008.

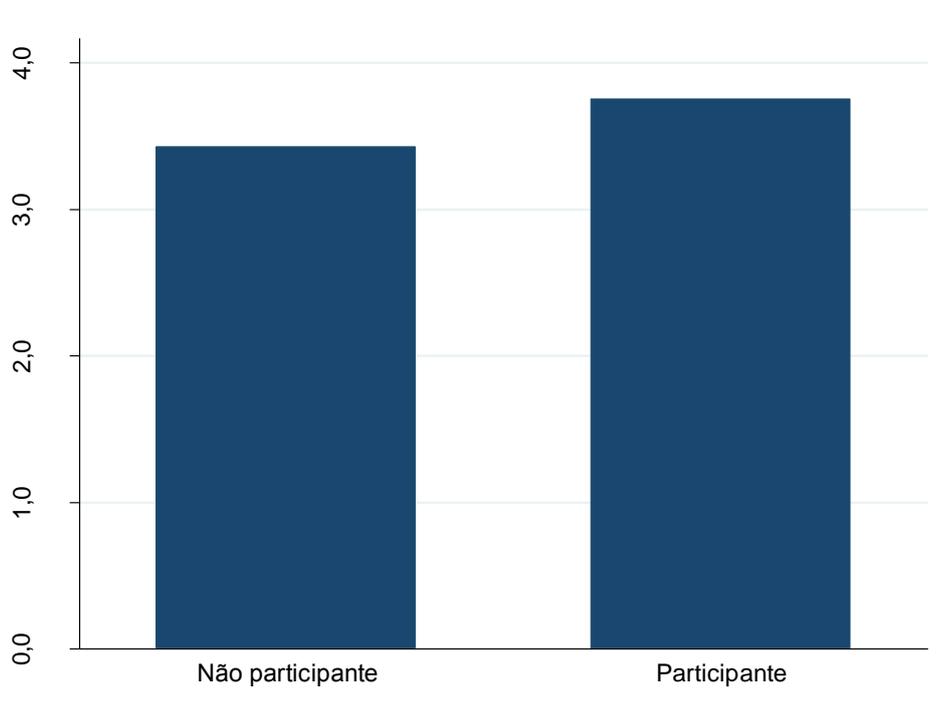


Fonte: Os dados da pesquisa foram produzidos pela pesquisa “O Parlamento Jovem como espaço de socialização política”, organizada pelo Prof. Dr. Mário Fuks e financiada pelo CNPq e pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig).

Por fim, falta analisar o modelo da última variável dependente: o acerto dos itens de “órgãos legislativos”. Ser participante aumenta o acerto da soma dos itens em 0,325, mantendo as demais variáveis constantes. Dentre as variáveis binárias de tipo de escola,

a direção não foi a esperado. Ser aluno de “escola pública militar”, “escola particular de classe média” ou “escola particular de elite” diminui o acerto dos itens em relação a alunos de “escola pública”. Os coeficientes foram respectivamente 0,247, 0,165 e 0,157, mas sem significância estatística. Desta vez, o valor máximo obtido foi maior em relação às outras variáveis. Os participantes permaneceram com valores preditos superiores, porém a diferença entre os grupos foi pequena (Gráfico 6).

Gráfico 6 - Valor predito do acerto dos itens que Fazem ou não parte do Poder Legislativo para os “participantes” e “não participantes” do Parlamento Jovem de 2008.



Fonte: Os dados da pesquisa foram produzidos pela pesquisa “O Parlamento Jovem como espaço de socialização política”, organizada pelo Prof. Dr. Mário Fuks e financiada pelo CNPq e pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig).

Para os três modelos analisados até aqui – “citação dos deputados” foi excluído da análise devido à falta de significância estatística do PJ – foi calculado o coeficiente padronizado com o propósito de identificar quais as variáveis de controle impactam mais em cada uma das independentes. Constatou-se que sempre a variável defasada teve maior poder explicativo, como esperado. Para “siglas”, a segunda variável com maior poder de explicação é estudar em “escola particular de elite”. Para “nome dos deputados”, cuja diferença entre tratamento e controle no acerto foi mais evidente, esta

variável foi justamente a “participação no PJ” e para “órgãos legislativos” foi “participou de grupo de estudo”.

Tabela 5 - Coeficientes padronizados da Regressão Linear Múltipla para as variáveis dependentes “Citação das Siglas”, “Citações dos Partidos”, “Citação dos Deputados” e “Faz parte ou não do Poder Legislativo”.

Variáveis Independentes	Siglas	Nome dos Deputados	Órgãos Legislativos
Participante do PJ	0,0728	0,228	0,112
Fator com a escolaridade dos pais	0,0473	0,0660	0,103
Escola Pública	Referência	Referência	Referência
Escola Pública Militar	0,0506	0,119	-0,0785
Escola Particular de Classe Média	0,0688	0,0735	-0,0500
Escola Particular de Elite	0,123	-0,0255	-0,0496
Participou de grupo de estudo antes e/ou durante o PJ	0,0542	0,0795	0,141
Outra experiência de socialização e/ou durante o PJ	0,0189	0,0270	0,0462
Exposição à informação nos meios de comunicação	0,0259	0,112	0,104
Aluno do Primeiro Ano	Referência	Referência	Referência
Aluno do Segundo Ano	0,0360	-0,0336	-0,0410
Aluno do Terceiro Ano	0,0515	0,199	0,0152
Var. defasada - Citação das Siglas	0,733	-	-
Var. defasada - Citação dos Deputados	-	0,320	-
Var. defasada - Faz parte ou não do Poder Legislativo	-	-	0,346
Observações	294	294	294
R ²	0,704	0,326	0,233
R ² Ajustado	0,692	0,300	0,203

Fonte: Os dados da pesquisa foram produzidos pela pesquisa “O Parlamento Jovem como espaço de socialização política”, organizada pelo Prof. Dr. Mário Fuks e financiada pelo CNPq e pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig).

O que foi constatado nesta seção foi um impacto menor da participação no Parlamento Jovem sobre os ganhos cognitivos. Mesmo apresentando, em grande parte dos modelos, ganhos positivos, a participação não explicou tanto as mudanças quanto na dimensão atitudinal, através das variáveis que englobavam a confiança nas instituições políticas. A efetividade da política se destacou apenas para o acerto na “nome dos deputados”, mas também para “órgãos legislativos” (0,112).

6) Considerações Finais

Como observado durante todo trabalho e de acordo com a revisão bibliográfica voltada para uma análise das mudanças atitudinais e ganhos cognitivos dos jovens de Belo Horizonte, percebe-se um impacto positivo do Parlamento Jovem. Nesta última seção, cabe levantar hipóteses para tais mudanças e pensar em alterações que poderiam ser feitas no projeto para melhorar sua efetividade.

Mudanças na confiança institucional dos alunos, principalmente na ALMG, foi o que se identificou maior significância estatística e principalmente de magnitude. Ressaltam-se estas diferenças porque mesmo com significância estatística para a dimensão cognitiva, observou-se que o impacto do PJ sobre os participantes foi relativamente baixo. As diferenças entre o grupo de tratamento e controle foram irrisórias, o que foi comprovado pelos gráficos dos valores preditos. Como dito, na dimensão atitudinal, a diferença foi discrepante. Os níveis do grupo de tratamento foram muito melhores do que do grupo controle. Entretanto, não podemos afirmar que simplesmente estas atitudes foram baseadas em uma racionalidade pura. Ou seja, não necessariamente os alunos passaram a compreender a ALMG como uma instituição digna de credibilidade. Isto não pode ser afirmado perfeitamente com o trabalho desenvolvido até aqui. Precisar-se-ia analisar uma terceira dimensão, que seria a imagem da ALMG, mas que por limitações não pode ser contemplado. Entretanto, esta informação pode ser adquirida via outras produções. Casalecchi (2011) apresenta dados robustos indicando que a imagem melhorou com significância estatística e de magnitude. Atitudes mais positivas perante a ALMG poderiam ser explicadas também por causa da afeição desenvolvida durante o projeto, afinal, permeia-se um ambiente até então desconhecido pelo jovem, onde tem acesso aos técnicos e parlamentares. A confiança na CMBH também pode ser explicada pela proximidade local. A possibilidade de acompanhar informações são maiores, porém existe a possibilidade de um viés, já que não se pode garantir a qualidade da informação. Por fim, a menor confiança no CN pode ser explicada por constantes denúncias de corrupção em Brasília. Além disso, parte-se do princípio que o legislativo apenas legitima o que é proposto pelo executivo. Isto também é amplamente apontado pela mídia brasileira. Apesar de todas estas hipóteses complementares não se nega a capacidade do PJ como ambiente

socializador. Embora a duração do projeto seja curta, ele mostra-se efetivo ao mudar a realidade dos jovens.

O Parlamento Jovem Minas induz a inserção de estudantes no cotidiano parlamentar com vistas a fomentar a cidadania, a consciência política e o senso crítico dos jovens. Considerando a atual abrangência da política, bem como os resultados apresentados até o momento, é plausível – além de amplamente factível – propor a expansão desse projeto. A partir de 2009, o programa foi levado para o interior de Minas Gerais, cumprindo demanda das cidades que se interessaram pelo projeto.

Diante do êxito do projeto Parlamento Jovem de Minas e considerando a sua importante contribuição para fomentar questões inerentes à formação política e cidadã dos estudantes, a proposta de expansão do projeto apresentada tem o intuito de atender o maior número de estudantes possível. O Parlamento Jovem de Minas não deve ficar restrito a um grupo tão pequeno, diante do universo de jovens que carecem de uma formação que valorize a participação dos cidadãos nos processos decisórios. É sabido que mesmo assim já existem problemas considerados e que quanto mais atores envolvidos, mais complexa é a implementação.

A proposta seria ampliar o projeto de forma que todos os alunos de ensino médio tenham a oportunidade de participar. O PJ-MG, atualmente realizado em parceria com a PUC-MG, teria como monitores alunos de instituições de ensino superior do estado de Minas Gerais que ofertam cursos na área de Ciência Política. Inicialmente, a proposta seria de realizar concursos para professores formados em cursos de nível superior na área de Ciência Política. Porém, em razão do alto custo de pessoal, manter os monitores seria mais viável, pois seria uma forma de continuar a qualidade do projeto, ampliar bolsas acadêmicas (que auxiliam no percurso do estudante de nível superior) e, ainda, reduzir o custo (quando comparamos com a contratação de professores para o devido fim). Essa expansão visa ainda:

- a) Ampliar o alcance do projeto para atender um número muito maior de estudantes do que os que atualmente participam do Parlamento Jovem. Esta expansão alcançaria principalmente as escolas da rede pública. Ali estão crianças com menores recursos de capital econômico e cultural em relação aos alunos da rede privada. Acredita-se que sua inserção em um ambiente político poderia aumentar seu nível de confiança nas instituições, aumentar seu conhecimento político e mesmo estimular sua participação política.

- b) Oferecer aos graduandos a oportunidade de realizar estágio obrigatório ou não obrigatório. Alunos dos cursos de Ciências Sociais de outras faculdades, além daqueles que são da PUC-MG e já ajudam na implementação do PJ, seriam incorporados. Haveria a possibilidade também de alunos de cursos vinculados à ciência política contribuírem.
- c) Promover maior integração entre a comunidade acadêmica e a população (especificamente os jovens), proporcionando trocas de experiências entre elas.

Para fins ilustrativos, foi elaborado um quadro (Anexo E) que representa objetivos, metas e atividades a serem realizados para implementação do projeto de expansão, assim como a lógica da intervenção, os indicadores e as formas de comprovação e as instituições responsáveis. Para elaboração deste quadro, foi utilizado como referência o Método do Quadro lógico, utilizado desde a década de 60 em planejamento de projetos. O seu conteúdo foi explicado aqui na forma de tópico anteriormente.

Importante ressaltar que este Trabalho de Conclusão de Curso destacou a importância do projeto, em razão da sua efetividade. Acredita-se que se deve dar a possibilidade de inserção a todos os alunos do ensino médio, mesmo este esboço sendo limitado. A princípio seria realizado um piloto para observar a viabilidade ou não da plena expansão do Parlamento Jovem de Minas Gerais.

7) Referências Bibliográficas

- ALMOND, G. e VERBA, S. (1989). *The Civic Culture: Political Attitudes and Democracy in Five Nations*. Princeton: Princeton University Press.
- ANASTASIA, F. (2001). Transformando o Legislativo: a experiência da Assembléia Legislativa de Minas Gerais. In: SANTOS, F. (ed.). *O poder Legislativo nos estados: diversidade e convergência*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, pp. 23-83.
- ARRETCHE, M. (2003). Dossiê agenda de pesquisa em políticas públicas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 18, nº 51.
- CAMPBELL, D; STANLEY, J. (1979). Delineamentos Experimentais e Quase-Experimentais de Pesquisa. São Paulo: EDUSP.
- CAMPBELL, D. E. (2008). Voice in the Classroom: How an Open Classroom Climate Fosters Political Engagement Among Adolescents. *Political Behavior*, Vol. 30, pp. 437–454.
- CASALECCHI, G. Á. (2011). *Socialização Política e Mudanças de Atitudes: a experiência do Parlamento Jovem Mineiro 2008*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais.
- COHEN, E., FRANCO, R. (1993). *Avaliação de projetos sociais*. Petrópolis: Vozes.
- COSSON, R. (2008). *Escolas do Legislativo, Escolas da Democracia*. Brasília: Edições Câmara.
- DAHL, Robert A. (1989). *Um Prefácio à Teoria Democrática*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. Capítulo 3 – “A Democracia Poliárquica” – páginas 67 – 92.
- DALTON, R. J. (2004). Democratic Challenges, Democratic Choices. Oxford: *Oxford University Press. of Political Science*, v. 55, n. 2, pp. 417–435.
- EASTON, D. (1965). *A System Analysis of Political Life*. New York: Wiley.
- EASTON, D. e DENNIS, J. (1969). *Children in the Political System: Origins of Political Legitimacy*. New York: McGraw-Hill.

- FINKEL, E. S. e SMITH, E. A. (2011). Civic Education, Political Discussion and the Social Transmission of Democratic Knowledge and Values in a New Democracy: The 2002 Kenya. *American Journal of Political Science*, v. 55, n. 2, pp. 417–435.
- FINKEL, S. E., SABATINE, C. A., e BEVIS, A. (2000). Civic Education, Civil Society, and Political Mistrust in a Developing Democracy: The Case of the Dominican Republic. *World Development*. Vol. 28, No. 11, pp. 1851±1874.
- FINKEL, S. E. e ERNST, H. R. (2005). Civic Education in Post-Apartheid South Africa: Alternative Paths to the Development of Political Knowledge and Democratic Values. *Political Psychology*. Vol. 26, No. 3.
- FUKS, M. e FIALHO, F. (2009). Mudança institucional e atitudes políticas: a imagem pública da Assembléia Legislativa de Minas Gerais (1993-2006). *Opinião Pública*, v. 15, p. 82-106.
- FUKS, M. (2010). Más Notícias: a cobertura do jornal Estado de Minas e a imagem pública da Assembléia Legislativa de Minas Gerais. (1999-2003). *Revista de Sociologia Política*. Curitiba, v. 18, n. 36, p. 257-276, 2010.
- FUKS, M. (2010). Efeitos Diretos, Indiretos e Tardios: Trajetórias da Transmissão Intergeracional da Participação Política. *Lua Nova*, São Paulo, 83: 145-178.
- FUKS, M. e CASALECCHI, G. A. (2011). Confiança e informação política: as bases cognitivas da mudança atitudinal dos participantes do Parlamento Jovem mineiro. Trabalho apresentado a *Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais* (ANPOCS).
- FUKS, M. (2012). Atitudes, cognição e participação política: padrões de influência dos ambientes de socialização sobre o perfil político dos jovens. Campinas, São Paulo. *Opinião Pública*. Vol.18, nº.1.
- GALSTON, W. A. (2001). Political Knowledge, Political Engagement, and Civic Education. *Annu. Rev. Polit. Sci.* 4:217–34.
- HYMAN, H. (1959). **Political socialization**. Free Press

INGLEHART, R. (1999). Postmodernization Erodes Respect for Authority, But Increases Support for Democracy. In: **NORRIS, P. (ed.). *Critical Citizens: Global Support for Democratic Governance***. Oxford: Oxford University Press, 1999.

INGLEHART, R. e WELZEL, C. (2005). Modernization, Cultural Change and Democracy: The human Development sequence. **New York**: Cambridge University Press.

LAGOS, M. (2000). A máscara sorridente da América Latina. ***Opinião Pública***, v.6, n.1.

LOBATO, L. (2007). Algumas considerações sobre a representação de interesses no processo de formulação de políticas públicas. ***Escola Nacional de Administração Pública***.

LONG, J. S. e FREESE, J. (2001). ***Regression Models For Categorical Dependent Variables Using STATA***. College Station, Texas.

LUSKIN, R. e FISHKIN, S. (2002). Considered Opinions: Deliberative Polling in Britain. ***British Journal of Political Science***, Vol. 32, No. 3, pp. 455-487.

MANIN, Bernard (1995). As Metamorfoses do Governo Representativo. ***Revista Brasileira de Ciências Sociais***, nº 29.

MARINHO, A. e FAÇANHA, L. O. (2001). ***Programas sociais: efetividade, eficiência e eficácia como dimensões operacionais da avaliação***. Texto para Discussão Nº 787. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

JENNINGS, M. K. e MARKUS, G. B. (1984). Partisan Orientations over the Long Haul: Results from the Three-Wave Political Socialization Panel Study. ***The American Political Science Review***, Vol. 78, No. 4. PP. 1000-1018.

NIEMI, R. e SOBIESZEK, B. (1977). Political Socialization. ***Ann. Rev. Sociol.*** PP. 209-33.

NEVES, Jorge Alexandre Barbosa, FERNANDES, Danielle Cireno, XAVIER, Flávia Pereira e TOMÁS, Maria Carolina. (2007), “Políticas de Transferência Direta de Renda, Capital Social e Alcance Educacional no Brasil”. In: FAHEL, Murilo e NEVES, Jorge

Alexandre Barbosa (Orgs.). *Gestão e Avaliação de Políticas Sociais no Brasil*. Belo Horizonte, PUC Minas. pp. 275–290. MOISÉS, J. Á. e CARNEIRO, G. P. Democracia, desconfiança política e insatisfação com o regime – o caso do Brasil, 2008.

PUTNAM, R. *Comunidade e democracia*: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

QUARESMA, G. & HAUSSMANN, S. (2012). *Confiança institucional e o caso do Parlamento Jovem de Minas Gerais*. Trabalho apresentado no XI ENEAP (Encontro Nacional dos Estudantes de Áreas Públicas).

RUA, M. G. (1998). Análise de Política Públicas: Conceitos Básicos. In: *O Estudo da Política: Tópicos Selecionados*. Ed. Brasília: Paralelo 15.

SAPIRO, V. (2004). Not your parents' political socialization: introduction for a new generation. *Annu. Rev. Polit. Sci.* 2004. 7:1–23.

SARAIVA, E. (2007). Introdução à teoria da política pública. *Escola Nacional de Administração Pública*.

SEARS, D. e VALENTINO, N. A. (1997). Politics Matters: Political Events as Catalysts for Preadult Socialization. *The American Political Science Review*, Vol. 91, No. 1. PP. 45-65.

SIGEL, R. S. (org.) (1970). About Politics: a reader in political socialization. New York: Random House.

SIMAN, Â. M. (2005). *Políticas Públicas: a implementação como objeto de reflexão teórica e como desafio prático*. Tese apresentada ao Programa de Doutorado em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais.

WOOLDRIDGE, J. (2008). *Introdução à econometria: uma abordagem moderna*. São Paulo: Cengage Learning. (W)

8) Anexos

8.1) Anexo A – Questões do questionário utilizadas para construir as variáveis dependentes.

AL1. Agora gostaríamos de saber o quanto você confia nas seguintes instituições: Congresso Nacional, Assembleia Legislativa de Minas Gerais, você: (1) confia sempre, (2) confia na maior parte do tempo, (3) confia as vezes, ou (4) nunca confia?

VC4. Agora vou mencionar algumas siglas e gostaria que você me dissesse o que cada uma (delas significa/das letras iniciais significa)? (a) TER; (b) ONU; (c) UNE; (d) MST; (7) NR; ou, (9) NS.

AL19. Você saberia me dizer o nome de algum deputado da Assembleia Legislativa de Minas Gerais? Você poderia citar o nome?

AL13. Agora eu vou ler uma lista de itens e gostaria de saber quais você identifica como sendo funções da Assembleia Legislativa de Minas Gerais: (a) Implementar políticas públicas. É função da Assembleia Legislativa de Minas Gerais ou não? (b) Propor e votar leis. É função da Assembleia ou não? (c) Vetar proposições de lei, total ou parcialmente. É função da Assembleia ou não? (d) Aprovar orçamento do estado. É função da Assembleia ou não? (e) Arrecadar impostos. É função da Assembleia ou não? (f) Julgar as contas prestadas pelo Governador. É função da Assembleia ou não?

PP31. Vou ler uma lista de partidos e gostaria que você me dissesse quais você considera como sendo de esquerda e quais considera como sendo de direita. (a) PT 1 (b) DEM (c) PC do B (d) PSDB (e) PP (f) PSTU.

8.2) Anexo B – Escolas Participantes do Parlamento Jovem – 2004 a 2009

Tabela 6 - Escolas participantes do Parlamento Jovem de 2004 a 2009.

2004
Escola Estadual Pedro Franca
Escola Estadual Presidente Antônio Carlos
Colégio Arquidiocesano São Francisco de Assis
Colégio São Miguel Arcanjo
Colégio Pio XII
Colégio Classe
2005
Escola Estadual Pedro Franca
Escola Estadual Presidente Antônio Carlos
Colégio São Francisco de Assis
Colégio São Miguel Arcanjo
Colégio Pio XII
Escola Municipal Tabajara Pedroso
Escola Estadual Sagrada Família
Escola Estadual Professor Guilherme Azevedo Lage
Escola Técnica de Formação Gerencial do SEBRAE
2006
Colégio Batista Mineiro
Colégio Santo Antônio
Escola Estadual Governador Milton Campos
E.M. Tabajara Pedroso
E.E. Sagrada Família
E.E. Prof. Guilherme A. Lage
Escola Técnica de Formação Gerencial - Sebrae
2007
Colégio Batista Mineiro
Colégio Santo Antônio
Escola Estadual Governador Milton Campos
Colégio IMACO
Colégio Frei Orlando - Unidade Carlos Prates
Colégio Frei Orlando - Unidade Alípio de Melo
Escola Municipal Caio Líbano
2008
Colégio Frei Orlando - Unidade Carlos Prates

Colégio Frei Orlando - Unidade Alípio de Melo
Colégio Loyola
Escola Santo Tomás de Aquino
Escola Municipal Walt Disney
Colégio Tiradentes - Gameleira
Colégio Tiradentes - Santa Teresa
2009
Colégio Izabela Hendrix
Colégio Padre Eustáquio
Colégio Santa Dorotéia
Colégio Tiradentes - Gameleira
Escola Municipal Paulo Mendes Campos
Escola Estadual Leopoldo de Miranda

*Obs: Estas são as escolas participantes até o momento em que o PJ era realizado somente em Belo Horizonte.

8.3) Anexo C – Teste de VIF para as variáveis dependentes contínuas

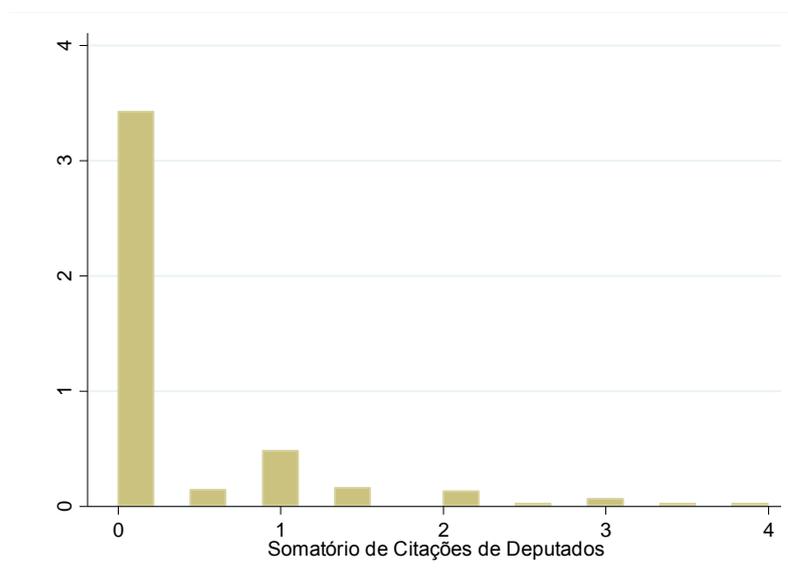
Tabela 7 - Teste de VIF para as variáveis dependentes contínuas.

	Siglas	Citações dos Partidos	Nome dos Deputados	Órgãos legislativos
Participante do PJ	1,05	1,08	1,07	1,05
Fator com a escolaridade dos pais	2,56	2,58	2,54	2,54
Escola Pública Militar	2,99	2,92	2,92	2,97
Escola Particular de Classe Média	3,45	3,38	3,38	3,38
Escola Particular de Elite	5,12	4,96	4,96	5,03
Participou de grupo de estudo antes e/ou durante o PJ	1,10	1,11	1,12	1,17
Outra experiência de socialização e/ou durante o PJ	1,27	1,27	1,29	1,26
Exposição à informação nos meios de comunicação	1,28	1,26	1,27	1,26
Aluno do Segundo Ano	1,20	1,20	1,20	1,20
Aluno do Terceiro Ano	1,21	1,23	1,20	1,17
Varável defasada	1,37	1,32	1,21	1,09

Fonte: Os dados da pesquisa foram produzidos pela pesquisa “O Parlamento Jovem como espaço de socialização política”, organizada pelo Prof. Dr. Mário Fuks e financiada pelo CNPq e pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig).

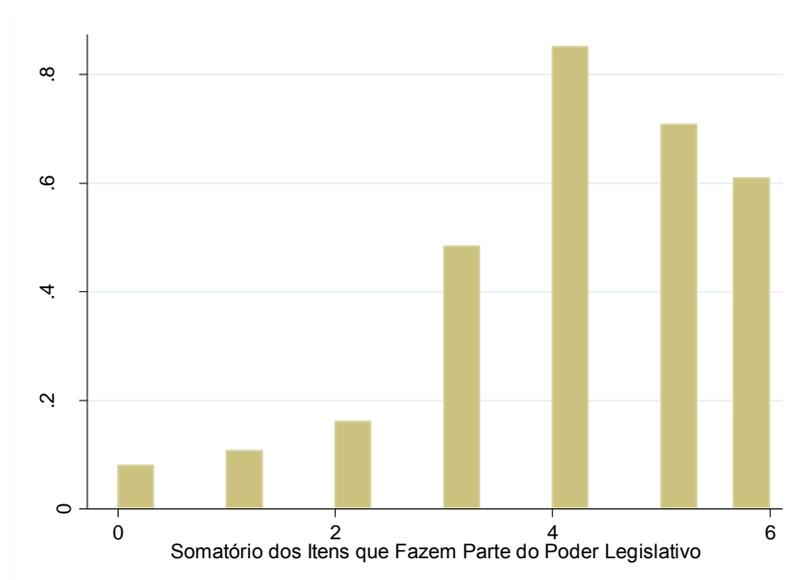
8.4) Anexo D – Histograma das variáveis dependentes

Gráfico 7 - Histograma do somatório do acerto de “Nome de Deputados” – Parlamento Jovem 2008.



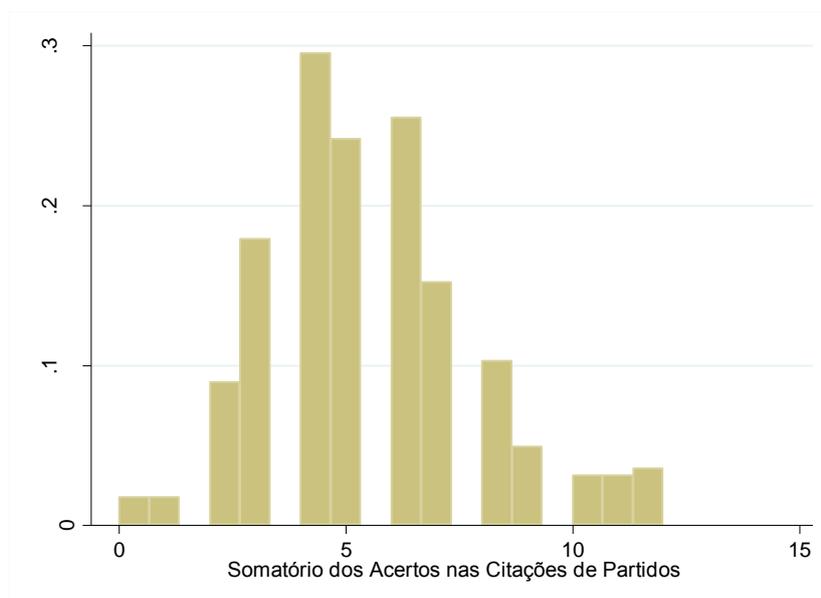
Fonte: Os dados da pesquisa foram produzidos pela pesquisa “O Parlamento Jovem como espaço de socialização política”, organizada pelo Prof. Dr. Mário Fuks e financiada pelo CNPq e pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig).

Gráfico 8 - Histograma do somatório do acerto dos “Órgãos legislativos” – Parlamento Jovem 2008.



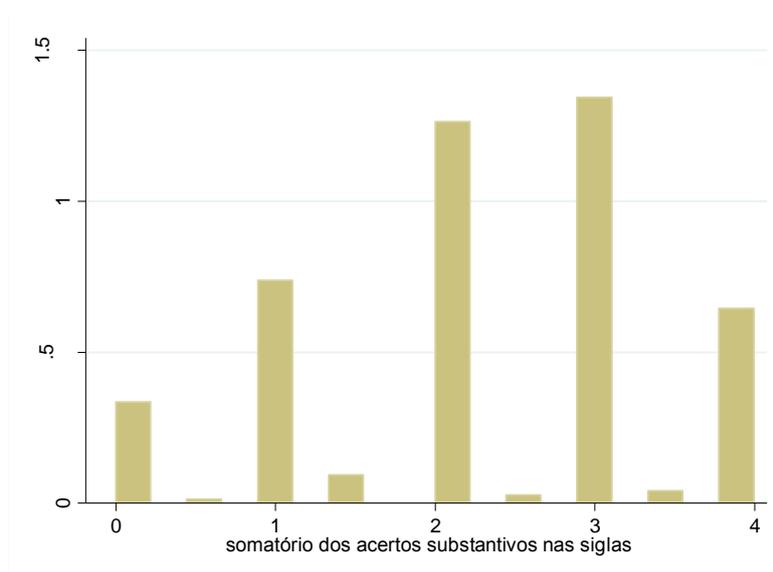
Fonte: Os dados da pesquisa foram produzidos pela pesquisa “O Parlamento Jovem como espaço de socialização política”, organizada pelo Prof. Dr. Mário Fuks e financiada pelo CNPq e pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig).

Gráfico 9 - Histograma do somatório dos acertos nas “Citações dos Partidos” – Parlamento Jovem 2008.



Fonte: Os dados da pesquisa foram produzidos pela pesquisa “O Parlamento Jovem como espaço de socialização política”, organizada pelo Prof. Dr. Mário Fuks e financiada pelo CNPq e pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig).

Gráfico 10 - Histograma somatório dos acertos das “Siglas” – Parlamento Jovem 2008.



Fonte: Os dados da pesquisa foram produzidos pela pesquisa “O Parlamento Jovem como espaço de socialização política”, organizada pelo Prof. Dr. Mário Fuks e financiada pelo CNPq e pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig).

8.5) Anexo E – Proposta de expansão em quadro sintético.

Quadro 3 - Elementos para Expansão do Parlamento Jovem Minas.

	LÓGICA DA INTERVENÇÃO	INDICADORES E COMPROVAÇÃO	INSTITUIÇÕES RESPONSÁVEIS
OBJETIVOS	Melhoria da formação política e cidadã de jovens estudantes de MG	Propostas de projetos de Lei encaminhadas à ALMG produzidas pelos alunos envolvidos no PJ	ALMG
METAS	Adesão do maior número possível de instituições de ensino superior que ofertam cursos na área de Ciência Política ao PJ	Número de instituições participantes do PJ	PUC-MG e UFMG
	Aumento do número de jovens participantes do PJ no primeiro ano de expansão.	Número de estudantes participantes do projeto no primeiro ano de expansão	Escolas públicas de Minas Gerais
ATIVIDADES PRINCIPAIS	Divulgar do PJ junto às instituições de ensino superior de MG.	Controle de todas as instituições que receberam a equipe de divulgação	ALMG e Instituições de nível superior envolvidas
	Inserção dos monitores nas escolas para acolher propostas da comunidade escolar (dos jovens) e, a partir de formação de comissões, avaliar junto aos alunos as propostas que serão encaminhadas ao Parlamento Jovem.	Número de instituições que aderiram ao PJ no primeiro ano de expansão.	Instituições de nível superior envolvidas
	Avaliar a consciência política e cidadã dos jovens estudantes que participam do PJ	Comparar estudantes que participaram do PJ e estudantes que não participaram do PJ	Centros de pesquisas em Comportamento Político relacionados às Instituições de nível superior

Fonte: Elaboração própria.